

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

WICTOR ALEXANDRE DA SILVA SANTOS

**ESTADO DA ARTE DAS SALAS DE LEITURA E A INFLUÊNCIA DA
VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE DO BRASIL (2010-2020)**

**SÃO CRISTÓVÃO, SE
2021**

WICTOR ALEXANDRE DA SILVA SANTOS

**ESTADO DA ARTE DAS SALAS DE LEITURA E A INFLUÊNCIA DA
VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE DO BRASIL (2010-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal de
Sergipe como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em
Biblioteconomia e Documentação.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Janaina Fialho

**SÃO CRISTÓVÃO, SE
2021**

DADOS DE CATALOGAÇÃO DA PUBLICAÇÃO (CIP)

Santos, Wictor Alexandre da Silva

S237e Estado da arte das salas de leitura e a influência da vulnerabilidade social : uma análise das produções das universidades federais do Nordeste do Brasil (2010-2020) / Wictor Alexandre da Silva Santos ; orientadora. Prof.^a. Dra. Janaina Fialho. - São Cristóvão, 2021.
84 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2021.

1. Sala de leitura- Nordeste. 2. Sala de leitura- estado da arte. 3. Vulnerabilidade social. 4. Biblioteconomia social. I. Fialho, Janaina, orient. II. Título.

CDU 02
CDD 020

**ESTADO DA ARTE DAS SALAS DE LEITURA E A INFLUÊNCIA DA
VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE DO BRASIL (2010-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal de
Sergipe como requisito para obtenção do
grau de bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

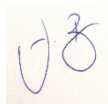
Nota: 10,00

Data de apresentação: 16/07/2021

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Janaina Fialho (Orientadora)



**Prof. Me. Fernando Bittencourt dos Santos
(Membro convidado – Interno)**



**Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari
(Membro convidado – Interno)**

Para Jair Gomes dos Santos

AGRADECIMENTOS

Com a chegada da minha sonhada graduação, gostaria de primeiro agradecer aos membros familiares que prezaram tanto pela minha educação: minha querida mãe, Ana Angélica, e a minha tia, Ruth Arão dos Santos, que por anos me acompanharam em diversas etapas que me fizeram chegar a este momento.

Gostaria também de agradecer a minha orientadora Janaina Fialho, pela dedicação e por acreditar neste projeto.

No âmbito profissional tive a ótima experiência de aprender com Verônica Cardoso e Fabiana Bispo, bibliotecárias incríveis e dedicadas que me ensinaram e me respeitaram como um aprendiz, colega e futuro profissional.

Por fim, ao meu círculo incrível de amigos que foram unidos pela gestão do CABED: Ana Carolina, Djully, Egleide, Giovana, Mirella, Paulo, Rafaela, Raphael, Raphaela (também fico confuso com esses três últimos) e principalmente a Marcos Breno, que pacientemente me auxiliou em todas as etapas deste trabalho.

Sentirei muita falta dos nossos melhores e piores momentos durante o curso. Não há nada mais justo do que frisar o quanto vocês foram importantes nesses anos, justamente em um trabalho que aborda como fortes vínculos afetivos são importantes no processo de aprendizado, crescimento e felicidade de uma pessoa vulnerável.

“Em meu planeta todos são feitos por um motivo, nascemos do solo já sabendo o que devemos ser e é tudo isso que somos. Mas você é destinado a mudar, você nunca é igual. Mesmo de tempo em tempo é esperado que invente quem você é. Que poder incrível a habilidade de crescer”.

Rose Quartz

RESUMO

A temática acerca das salas de leitura ganha espaço na Biblioteconomia e na Educação, devido à aplicação da lei 12.244/2010, a qual estabelece o prazo de dez anos para escolas do ensino básico criarem suas bibliotecas com atuação de bibliotecários. Porém as salas de leitura se tornam mais utilizadas em detrimento das bibliotecas devido às questões orçamentárias. Por essa presença, objetiva-se na pesquisa conhecer a produção acadêmica sobre as salas de leitura, delimitando-se aos repositórios das universidades federais do Nordeste do Brasil, produzidas entre 2010 a 2020, analisar quais definições e características são atribuídas a esses espaços pelos autores e compreender como a temática da vulnerabilidade social é inserida nos respectivos trabalhos acadêmicos sobre salas de leitura. Tem-se como problema: como as salas de leitura são definidas e caracterizadas mediante as comunidades nas quais estão inseridas, por meio das produções científicas do Nordeste do Brasil? Dos aspectos metodológicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica com abordagem quali-quantitativa, utilizando-se uma amostra de 404 trabalhos recuperados nos repositórios pesquisados. Como resultado, foi possível observar que as salas de leitura são tratadas, na maioria das vezes, apenas em sua dimensão e estrutura física, sem aprofundamento e descrição de suas atividades. Observa-se a maior localização das salas em escolas, sendo perceptível a preocupação em construir tal espaços em locais vulneráveis. Espera-se que esse trabalho contribua para uma maior percepção da importância das bibliotecas, para que as instituições possam construir bibliotecas com infraestrutura adequada, e com a contratação de bibliotecários, sensibilizando para a construção desses ambientes em locais de vulnerabilidade, contribuindo para a formação pessoal e a educação crítica.

Palavras-chave: Biblioteconomia social; Salas de leitura- Nordeste. Vulnerabilidade social; Biblioteca Escolar; Produção Científica.

ABSTRACT

The theme about reading rooms is gaining ground in Library Science and Education, due to the application of the law 12,244/2010, which establishes a period of ten years for elementary schools to create their libraries with the performance of librarians. However, reading rooms become more used instead of libraries due to budget issues. Due to this presence, the objective of the research is to know the academic production on reading rooms, delimiting itself to the repositories of federal universities in the Northeast of Brazil, produced between 2010 and 2020, to analyze which definitions and characteristics are attributed to these spaces by the authors and understand how the theme of social vulnerability is inserted in the respective academic works on reading rooms. The problem is: how are reading rooms defined and characterized by the communities in which they are inserted, through scientific productions in the Northeast of Brazil? From the methodological aspects, a bibliographic research with a quali-quantitative approach was adopted, using a sample of 404 works retrieved from the researched repositories. As a result, it was observed that reading rooms are treated, most of the time, only in terms of their dimension and physical structure, without further elaboration and description of their activities. There is a greater location of classrooms in schools, with a noticeable concern to build such spaces in vulnerable places. It is expected that this work will contribute to a greater awareness of the importance of libraries, so that institutions can build libraries with adequate infrastructure, and with the hiring of librarians, raising awareness for the construction of these environments in places of vulnerability, contributing to training personal and critical education.

Keywords: Social librarianship; Reading rooms- Northeast; Social vulnerability; School library. Scientific production.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conceitos de Biblioteconomia Social.....	31
Quadro 2	Histórico da formação das salas de leitura.....	42
Quadro 3	Escolas Públicas no Brasil com Bibliotecas e Salas de leitura, segundo dados dos Censos Escolares da Educação Básica de 2010 a 2017.....	45
Quadro 4	Trabalhos recuperados nas bases de dados das universidades do Nordeste.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Terminologias para Biblioteconomia Social.....	30
Gráfico 2	Ano de publicação das produções sobre sala de leitura.....	53
Gráfico 3	Tipo de publicação das produções sobre sala de leitura.....	54
Gráfico 4	Como a sala de leitura é tratada.....	55
Gráfico 5	Localidade da sala de leitura.....	57
Gráfico 6	Finalidades da sala de leitura.....	58
Gráfico 7	Profissionais que atuam na sala de leitura.....	59
Gráfico 8	Presença do bibliotecário nas produções.....	60
Gráfico 9	Diferenciação entre sala de leitura e biblioteca.....	62
Gráfico 10	Público da sala de leitura.....	64
Gráfico 11	Relação com a vulnerabilidade.....	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Perspectivas de atuação social na Biblioteconomia.....	33
Figura 2	Compreensão e extensão do conceito de mediação.....	37
Figura 3	Cronograma das oficinas.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	American Library Association
ALESE	Assembleia Legislativa de Sergipe
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Convergências em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
FAE	Fundação de Apoio ao Estudante
FEBAB	Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
GEBE	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
IBICIT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LISA	Library & Information Science Abstracts
MEC	Ministério da Educação
OASISBR	Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto
OMS	Organização Mundial da Saúde
POSL	Professor Orientador de Sala de Leitura
RMESP	Rede Municipal de Ensino de São Paulo
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SBPV	Grupo de Trabalho de Serviços de Bibliotecas para Pessoas Vulneráveis
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará

UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFDP	Universidade do Delta do Parnaíba
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
UNILAB	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Objetivos.....	16
2	VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA	18
3	BIBLIOTECONOMIA SOCIAL.....	26
4	BIBLIOTECÁRIO MEDIADOR.....	36
5	SALAS DE LEITURA.....	41
6	METODOLOGIA.....	47
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	52
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o ensino formal é acompanhado por uma série de desafios, como analfabetismo e precariedade do ensino público básico; tal precariedade está atrelada diretamente à baixa renda monetária, que é um dos fatores que descrevem um contexto de vulnerabilidade social. Esse fator ajuda a dificultar o acesso à educação e ao lazer de indivíduos, tanto individual quanto coletivamente, trazendo à tona uma necessidade de assistências governamentais para suprir essa deficiência.

No que tange a ideia da vulnerabilidade social, pode ser compreendida como “[...] o estado vulnerável de um indivíduo, família ou conjuntura social, no que se refere à aptidão de controlar as forças que influem em seu bem-estar” (RIGHETTO, VITORINO, MURIEL-TORRADO, 2018, p. 77). Logo, ela pode ser vista como a “[...] posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade” (BRASIL, 2007, p. 16).

Autores como Carmo e Guizardi (2018) complementam a sua definição alegando que a concepção do termo não deve estar estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas também se atrela às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e à desigualdade de acesso a bens e serviços públicos essenciais.

No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indica uma queda nos fatores subjacentes à vulnerabilidade social em 2015, passando da faixa de alta vulnerabilidade social para a média do índice. Porém o instituto reconhece a permanência da situação que chamam de “quadro de disparidades regionais”, definido pela concentração das populações mais vulneráveis em regiões específicas, que nesse caso se trata das regiões Norte e Nordeste.

Visando a leitura como um processo importante para desenvolvimentos em âmbitos culturais, profissionais, políticos e econômicos, reflete-se a necessidade de incentivá-la como forma de diminuir tais fragilidades existentes na vulnerabilidade social, reconhecendo esse processo como a efetivação de um importante serviço público essencial.

Desta forma, as bibliotecas entram no campo de estudo ao refletir como podem contribuir na construção da cidadania, estímulo da leitura, desenvolvimento de competências e uma série de colaborações das quais as unidades de informações

poderiam oferecer neste âmbito. Partindo da importância do papel do bibliotecário na prestação de serviços às comunidades com vulnerabilidade social, foi possível questionar como problema de pesquisa: Como as salas de leitura são definidas e caracterizadas mediante as comunidades nas quais estão inseridas, por meio de relatos nas produções científicas do Nordeste do Brasil?

A principal justificativa para sustentar o presente projeto de pesquisa reside na importância que o tema possui para a sociedade atual, já que a leitura, por sua vez, é reconhecida como um artifício mental que permite a interpretação e a análise de mensagens transmitidas em diversos formatos (ORIENTE, 2013), possibilitando ao ser humano não só a absorção do conhecimento, mas também a transformação em um processo de aperfeiçoamento contínuo. Sendo assim, a leitura e o acesso à informação são considerados importantes ferramentas para promoção da cidadania.

Ressalta-se a justificativa também da necessidade de adaptação do projeto devido à pandemia da Covid-19, que impossibilitou a visita *in loco* e a coleta de dados na Sala de Leitura do Centro de Artes e Esportes Unificados no Bairro Olaria. Paralelamente, reconhece-se a escassez de produções e definições em relação às salas de leitura na construção do referencial teórico, através das bases de dados Convergências em Ciência da Informação (CONCI), Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OASISBR) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICIT).

Assim, foi proposta a reflexão para a pesquisa atual, contemplando a região Nordeste por achar importante uma compilação das produções dos repositórios das universidades, reunindo num documento as principais pesquisas. Acredita-se na importância de elucidar as diferenças e peculiaridades entre bibliotecas e salas de leitura, aparelhos culturais constantemente confundidos entre o público e interessados da área, para que se compreenda de forma mais ampla as características das unidades de informação, e conseqüentemente as atividades nelas elaboradas.

Pontua-se também a necessidade de estudar trabalhos na área e propagar o que os bibliotecários já realizam no âmbito do desenvolvimento de projetos para as comunidades vulneráveis, uma vez que muitas das salas de leitura estão situadas em tais comunidades.

1.1 Objetivos

Este trabalho se insere na linha de pesquisa Informação e Sociedade e tem como objetivo geral levantar as principais produções acadêmicas acerca das salas de leitura nos repositórios das universidades federais da região Nordeste do Brasil, com o marco temporal de 2010 à 2020. A partir desse objetivo geral, delineiam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Selecionar e analisar as principais produções acerca da sala de leitura nos repositórios das universidades federais do Nordeste do Brasil;
- b) Analisar quais definições e características são atribuídas a esses espaços pelos autores;
- c) Compreender se e como a temática da vulnerabilidade social é inserida nos respectivos trabalhos acadêmicos.

Desta forma, o trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: Introdução composta pelo problema, justificativa, objetivos gerais e específicos. A fundamentação teórica é composta por capítulos que abordam a vulnerabilidade social e a cidadania, a Biblioteconomia social, o bibliotecário mediador e as salas de leitura. No capítulo da metodologia observa-se os procedimentos metodológicos adotados no trabalho seguidos dos resultados e discussão dos mesmos, e das considerações finais.

Espera-se que com o trabalho, o tema concernente à sala de leitura ganhe mais interesse de pesquisadores, além de poder proporcionar ferramentas para futuros pesquisadores e interessados na complexidade da vulnerabilidade social, contribuindo também para a elucidação do tema e as correlações com as salas de leitura. Embora não seja a situação ideal, sabe-se que as salas de leitura estão presentes de forma maciça em escolas e outros espaços da sociedade, não podendo elas serem desprezadas enquanto objeto de estudo.

Através de uma revisão de literatura dos principais trabalhos produzidos acerca das salas de leitura, espera-se que a pesquisa seja útil para uma melhor noção da diferença entre uma sala de leitura e uma biblioteca, a importância dessa última nas diversas estruturas da sociedade e os contributos que tais espaços podem

proporcionar aos indivíduos, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade, necessitando de uma maior atenção nos espaços educacionais, sociais e culturais.

2 VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA

Para a melhor compreensão acerca da vulnerabilidade social, fez-se necessário entender quais contextos moldam a origem de seu termo, suas principais características e especificidades e, por fim, sua relação com a cidadania.

De acordo com a literatura, a discussão e o reconhecimento do conceito de vulnerabilidade se devem primeiramente a partir de debates acerca da desigualdade social, pois é em suas análises que surgem compreensões relevantes para a vulnerabilidade. Para tal, o trabalho de Cançado, Souza e Cardoso (2014) propõe um desdobramento conceitual para a análise do termo, abordando três clássicos pensadores da sociologia para estabelecer as condições que moldaram o consenso do termo atualmente: Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim.

O primeiro foi Karl Marx, que através do seu livro *O capital*, aponta contradições sociais do capitalismo moderno; para o autor, sociedades capitalistas possuem caráter antagônico por conta de sua essência pautada pela busca ao lucro, gerando o que Marx apontaria como “forças de trabalho”, situação onde há uma condição de classe dominante e outra dominada a depender da posse econômica.

Mas com certo contraponto ao sociólogo, o autor Max Weber acredita que não há apenas o fator econômico como explicação para o fenômeno da desigualdade social, Weber em sua obra *Ensaio de Sociologia*, contribui para o debate ao descrever uma classe social de acordo com “[...] as oportunidades de vida semelhantes das quais partilham os atores sociais”. (CANÇADO; SOUSA; CARDOSO, 2014, p. 6).

Ou seja, Weber acaba considerando como fator determinante a situação do indivíduo no mercado, e não se pautando apenas na posse dos seus meios de produção, como anteriormente proposto por Marx. Este autor argumenta sobre a importância da influência dos privilégios e prestígios sociais de um determinado grupo, cuja hierarquia se mantém devido a estabilidade ao longo dos anos, o que acaba reproduzindo a desigualdade em outras classes inferiores.

Por fim, Émile Durkheim na obra *Da Divisão Social do Trabalho*, aponta um sistema dividido entre trabalho e funções, que ocasionam em valorizações e importâncias distintas a indivíduos de acordo com tais atribuições.

Tais pensamentos citados são perceptivelmente importantes para formar a base que idealiza a desigualdade social, onde apesar de diferentes teorias para cada

sociólogo, é reconhecível como todos possuem fatores em comum, sendo elas a posse de bens, a riqueza, a renda das pessoas e a ocupação de trabalho.

Se tratando deste último fator, foi a sua fragilidade identificada nos anos 1970, que iniciou uma forte instabilidade econômica responsável por precarizar situações de trabalho, como baixas remunerações e redução de direitos tanto sociais quanto trabalhistas. Resende e Ribeiro (2017, p. 390) especificam acontecimentos como:

[...] à fragmentação da relação salarial e à explosão das formas de emprego, sendo a terceirização flexível uma forma de destruição do laço social no século XX, na medida em que gera a precarização do trabalho e alimenta a fragilização do ser em sociedade.

Além dessas situações apontadas por Resende e Ribeiro (2017), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também descreve que tal precarização reduziu drasticamente os direitos e proteções que foram garantidos a indivíduos, uma vez que:

[...] a redução das coberturas pelo seguro social seria, em grande medida, responsável pela incidência de situação de vulnerabilidade em amplos contingentes, uma vez que, por dependerem de um salário para garantir a sua sobrevivência e a de suas famílias, os indivíduos estão sujeitos a eventos que os impedem de obtê-lo: enfermidades, desemprego e morte. (ALBUQUERQUE, 2018, p.12).

Portanto, foi todo o contexto trabalhista no final do século XX que emanou o termo da vulnerabilidade social, mais especificamente nos anos 1990, quando finalmente o termo surgiu devido à necessidade de estudos capazes de considerar um universo mais amplo de análise, sendo preciso evitar uma mera abordagem a questões que dizem respeito ao desemprego, mas entendendo a existência de novas formas de vulnerabilidade, refletindo potencialidades do conceito relativo à pobreza, e entender as limitações desse ângulo. Para que isso ocorra, de acordo com Resende e Ribeiro (2017, p. 386) é necessário que:

[...] se conheçam indicadores de mercado, renda e consumo, além dos indicadores sociais de saúde, educação, risco social (violência, criminalidade), os quais apontam para uma maior ou menor intensidade de vulnerabilidade social.

É justamente a necessidade de reconhecer diversos indicadores de vulnerabilidade que torna a mera palavra “vulnerabilidade” reconhecida no trabalho de Paiano *et al* (2017), como um termo polissêmico, por se adaptar a diferentes áreas e contextos empregados, mesmo que no seu sentido básico seja sempre remetente a fragilidade e risco. Sobre isso, os autores realizam estudos onde a vulnerabilidade é encontrada em diferentes áreas do conhecimento, reconhecendo o termo como predominantemente empregado na área da saúde, se referindo aos campos da saúde mental, física, emocional, social e ambiental, se tornando um termo plurifacetado, fazendo sentido ao se tratar das quantidades de contextos.

Lorenzo (2006, p. 299) enriqueceu o conhecimento acerca da palavra vulnerabilidade quando a descreve com o sentido da susceptibilidade, relatando-a como “[...] às características que nos deixam aptos a sermos lesados por um evento externo qualquer, é um sentido de risco, que se reporta à possibilidade de que a trajetória desse evento nos encontre em seu caminho”. Sendo assim, entende-se a possibilidade de que eventos externos tenham a potencialidade de causar danos de naturezas diversas a determinados grupos ou indivíduos.

Sendo perceptível a grande interlocução da vulnerabilidade com a área da saúde, a vulnerabilidade social consegue dialogar com a promoção da saúde por incluir em sua concepção condições como aspectos socioculturais e especificações dos serviços fornecidos por um determinado governo no atendimento de grupos sociais, tal diálogo é explicado por Neves-Silva e Heller (2016, p. 1865):

Pode-se dizer que o conceito de vulnerabilidade social dialoga com a promoção da saúde, uma vez que também busca compreender e transformar os determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado. Ele reconhece que cada pessoa é sujeito de direito, sem discriminação, e os aspectos sociais e culturais que vivenciam os expõem mais, ou menos, ao adoecimento. Além disso, salienta a importância de entender como o governo regulamenta, respeita e protege os direitos e como e quando a condição social exige ações específicas que possam lidar com o estigma e a discriminação que contribuem para perpetuar a desigualdade social e aumentar a vulnerabilidade.

Com isso, Neves-Silva e Heller (2016) caracterizam a vulnerabilidade social dotada de uma abordagem ligada à obtenção de direitos, já que não só reconhece indivíduos como sujeitos de direito, mas também reconhece as responsabilidades dos governos sobre o acesso a recursos para uma garantia de padrão de saúde. Assim, além da preocupação do mero estado de saúde da população em termos de promoção

à saúde, a vulnerabilidade social se conecta com a preocupação da violação de direitos, que conseqüentemente causa a maior vulnerabilidade à saúde.

Se tratando da vulnerabilidade social, também é entendida como uma exposição de riscos ou fragilidade de determinados grupos, ideia corroborada por Santos (2015, p. 79), quando o autor descreve a vulnerabilidade como “[...] possibilidade de sofrer perturbações derivadas de fenômenos e intervenções que podem ter sido originadas para além dos limites territoriais do sistema afetado”. Nesta alegação, o autor apresenta uma situação onde o ambiente ou condições são capazes de afetar a saúde, mas é complementada com “[...] grupos sociais específicos que se encontram em um dado território, expostos a um determinado fenômeno e fragilizados quanto a sua capacidade de compreender e enfrentar esses riscos” (SANTOS, 2015, p. 79). Sendo possível reconhecer por Paiano *et al* (2017) as dimensões territorial, geográfica e sociológica.

Em relação aos grupos sociais, são identificadas diversas formas para definir e classificar grupos e populações em condições de vulnerabilidade, como descreve Nichiata *et al* (2008, p. 5):

[...]a vulnerabilidade é definida não só pelas características pessoais, mas também pelas condições adquiridas no decorrer da vida ou resultantes do estilo de vida, do desenvolvimento de estratégias e habilidades para enfrentar trauma e doença.

Dessa forma, esta pesquisa utiliza as classificações dos autores Cançado, Souza e Cardoso (2014) de grupos vulneráveis, começando com o grupo presente na vulnerabilidade juvenil: o qual é apontado como a juventude é exposta a elevadas taxas de riscos e mortalidades por motivos externos e sujeita a maior vulnerabilidade quando possui uma condição econômica desfavorável.

Já a vulnerabilidade na área da saúde mais uma vez ressalta a exposição de riscos de pessoas expostas a riscos e danos à saúde, podendo-se usar como exemplo questões sobre doenças sexualmente transmissíveis. Atualmente é possível reconhecer tal conceito devido à pandemia da Covid-19, a qual, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), idosos, diabéticos, hipertensos e portadores

de doenças respiratórias, cardiovasculares e crônicas, são reconhecidos como grupos mais vulneráveis e suscetíveis a enfermidades.¹

Grupos de marginalização e exclusão social são identificados ao remeter novamente a questões de condições de trabalho e pobreza, uma vez que as condições sócio econômicas são geradas por precariedades em suas condições de trabalho e numa restrição de sistema de proteção social. Neste ponto surge até mesmo o conceito de vulnerabilidade civil, o qual Cançado, Souza e Cardoso (2014) descobrem como a incapacidade do estado em controlar a violência policial e dos criminosos.

Por fim, o lento crescimento da economia, do qual engendrou o desemprego, violência e tráfico nas cidades formaram a vulnerabilidade territorial, a qual Cançado, Souza e Cardoso (2014, p. 15) descrevem como:

[...]as dificuldades características desse território, como falta de oportunidades de trabalho e de geração de renda, precariedade na infraestrutura urbana, dificuldade de acesso a bens culturais, distância de seus empregos, precariedade de habitação, situação fundiária indefinida e laços frágeis unindo a população ao território.

Descritos os grupos vulneráveis e unindo todo o arcabouço teórico, percebe-se na literatura um consenso corroborado por Mendes (2015), em relação à vulnerabilidade social não se tratar de uma simples exposição a riscos, mas ao resultado de condições de desigualdades sociais, as quais podem estar relacionadas ao sexo, classe social ou idade. É perceptível a complexidade da vulnerabilidade quando retoma a ideia de que ela também deve ser entendida como uma ausência de indivíduos, grupos ou famílias que sejam capazes de enfrentar determinados riscos de grupos vulneráveis.

A vulnerabilidade social deve, então, ser associada a um resultado de conjuntos de aspectos, nos quais não só características individuais são relevantes para atingir tal condição, mas sim atributos coletivos e contextuais. Cançado, Souza e Cardoso (2014) ainda reforçam que o termo surge como uma inovação ao englobar situações consideradas intermediárias de riscos, mediante não apenas a precariedade no trabalho e pobreza, mas na falta de proteção social e em suas relações sociais fragilidades, sendo por fim um importante indicador de desigualdade social. É

¹Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/12/saiba-quais-sao-os-grupos-mais-vulneraveis-ao-coronavirus-e-por-que.ghtml>. Acesso em 25. jan. 2021.

importante perceber a abrangência da vulnerabilidade quando também é definida da seguinte forma:

[...] a condição de vulnerabilidade deve passar a considerar a situação das pessoas a partir da inserção e da estabilidade no mundo do trabalho; a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social” (BRASIL, 2007, p. 14-15)

Se tratando da regularidade e qualidade do acesso a serviços públicos, correlaciona-se ao conceito de Neves-Silva e Heller (2016) quando descrevem a vulnerabilidade social baseada na ausência no fornecimento de direitos e a falta de responsabilidade do governo na garantia de todos os direitos sem discriminação, já que a quebra do acesso aos recursos é caracterizada como a ausência de uma cidadania, sendo a não garantia desses direitos classificada como uma violação de um cidadão.

Para a descrição da cidadania, Targino (1991) infere como a ideia de ser um cidadão é definida pela consciência de seus deveres e acessos os seus direitos, na qual a cidadania se manifesta e se constrói a partir de tal conscientização e da participação política e social do humano na sociedade, o que implica no acesso a informações variadas. Tal cidadania de determinado povo também é garantida na Constituição Brasileira de 1988, também chamada de constituição cidadã, pela ampla participação popular na elaboração de acordo com Massensini (2011). Targino em sua pesquisa reforça a cidadania descrita na constituição por se tratar de um documento que rege as leis de maior força no país.

No que consta na Constituição de 1988 para a realização da plena cidadania, Targino (1991) reforça a incorporação de três elementos descritos, sendo eles o direito civil, o político e o social. O direito civil congrega direitos fundamentais à liberdade individual, como liberdades de ação, associação, consciência, e de crença, a liberdade de expressão de suas atividades intelectuais, artísticas, científicas e comunicação, liberdade de iniciativa, de locomoção, trabalho de ofício ou profissão, e o acesso à informação. Sobre o direito político, a constituição o apresenta como o direito de participar no exercício do poder político, como membro de autoridades políticas ou como eleitor dos membros de um organismo político. E por fim, o direito social, que é entendido como o direito ao lazer e ao bem estar, aos bens econômicos

e à segurança, além do direito de viver de acordo com padrões sociais que sejam prevalentes.

Sendo assim, da mesma forma que a vulnerabilidade social, a discussão acerca da cidadania também é fruto de debates sobre a desigualdade social, da qual neste caso, a cidadania é apontada por Massensini (2011) como o ponto central da discussão, por se tratar de impactos de transformações sobre a estrutura que se apresenta na sociedade. O autor corrobora com Targino (1991), quando alega a existência dos direitos e deveres daqueles que são regidos pela constituição do país, descrevendo cidadania como “[...] uma igualdade de direitos e obrigações, em que ‘a classe social, por outro lado, é um sistema de desigualdade’, fortificada em ideias, valores e crenças” (MASSENSINI, 2011, p. 2). Com esta alegação, o autor afirma uma construção dos direitos civis, mas uma ausência nos direitos sociais, descrevendo novamente o desenvolvimento da desigualdade de classes pela economia capitalista crescer com a exploração do pobre, mais uma vez remetendo a discussões sociológicas que serviram como base para a discussão acerca da desigualdade e vulnerabilidade social.

Ao também compreender a perda de cidadania como uma forma de conceituar a vulnerabilidade, Paiano *et al* (2017) retornam ao debate da vulnerabilidade ao apontarem a necessidade de informação útil como um fator cidadão. Afinal, a perda e carência de informação de qualidade em sua trajetória de vida têm como consequência a fragilidade e susceptibilidade à perda de autonomia e cidadania de um indivíduo ou corpo social, aí é identificada uma vulnerabilidade em informação (PAIANO *et al*, 2017).

Um exemplo de medida para a garantia do acesso a informação pode ser visto na criação da Lei nº 12.527, sancionada em novembro de 2011, a qual regulamenta as informações públicas como um direito constitucional de acesso dos cidadãos. Para a Fundação CAPES², tal medida representa um importante passo para a consolidação do regime democrático brasileiro na consolidação de políticas de transparência pública.

²Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/sobre-a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Apesar da atuação e das sanções do governo estarem garantidas constitucionalmente para combater a vulnerabilidade social e consequentemente a desigualdade, os autores acima descrevem cenários nos quais o sistema capitalista e outros fatores funcionam aumentando as condições de risco e vulnerabilidade da população. Desta maneira, bibliotecas têm o potencial de exercerem um papel relevante nesse cenário, suprimindo a necessidade social da população com informações de qualidade, como é exemplificado nas ações do Grupo de Trabalho de Serviços de Bibliotecas para Pessoas Vulneráveis (SBPV), inspiradas na seção da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) denominada “*Library Services to People with Special Needs*” que em tradução literal compreende-se como “Serviços de biblioteca para pessoas com necessidades especiais”. O grupo tem como objetivo promover e discutir ideias, compartilhamento e desenvolvimento de ferramentas que promovem, identificam e aprimoram produtos de informação para populações em situação de vulnerabilidade. Já que para atender tais populações, é necessário que as bibliotecas tenham tal planejamento de modo que as incluam efetivamente em suas atividades. Dentre desse espectro, a Biblioteconomia social é o tema da próxima seção do presente trabalho.

3 BIBLIOTECONOMIA SOCIAL

A Biblioteconomia social surge da necessidade de o bibliotecário atuar no âmbito de atividades sociais, ao invés de tecnicista, atendendo principalmente usuários em situação de vulnerabilidade. Para este capítulo, se faz necessário conhecer aspectos históricos da Biblioteconomia e como a Biblioteconomia social surgiu, assim como suas características e atuações ao longo do território brasileiro.

De acordo com a literatura, a origem da Biblioteconomia é pautada pela necessidade de um papel da guarda de informação, decorrente do aumento de materiais bibliográficos em determinados períodos. Para tal, autores como Siqueira e Lima (2020) quanto Vieira (2014), Chartier (1998) e Burke (2003) destacam a invenção da imprensa pelas mãos de Gutenberg em 1452 que, por consequência, trouxe uma difusão da informação desconhecida na época, de acordo com Chartier (1998), devido a única possibilidade de reproduzir texto copiando-o a mão, a nova técnica de Gutenberg baseada em tipos móveis e na prensa, causou o que o autor chama de transfiguração na cultura escrita. Assim, a produção da imprensa foi impulsionada através da diminuição do custo do livro, e ocasionando na ampliação de sua distribuição.

Em seguida, no século XVI, ocorreu a denominada “explosão informacional” do qual indicava um período de grande dificuldade de busca em obras do conhecimento, mais uma vez a consequência pela invenção da imprensa, informações foram difundidas em quantidade e velocidades nunca vistas para aquele período. Siqueira e Lima (2020) reitera denominando de “explosão editorial” o momento em que acervos de bibliotecas ampliaram-se exponencialmente, causando problemas na recuperação de obras. Deste modo, Tanus (2016) aponta o surgimento da catalogação e do processamento técnico.

Assim, o papel dos bibliotecários passa a ser destaque no século XVII, recebendo a alcunha de profissionais socialmente indispensáveis daquele momento, como reiterado por Tanus (2016), já que se tratavam de ações técnicas que fortaleceram e estabeleceram a importância social da profissão bibliotecário, no momento em que se propôs a organizar aquela informação registrada. Com isso, tais profissionais, já no século XIX, foram responsáveis por criarem métodos de organização de catálogos bibliográficos para substituir as listas impressas, devido à

grande multiplicação de livros. Tal feito levou à busca de um sistema de classificação que fosse satisfatório, de acordo com a demanda de obras e seus variados assuntos.

Segundo Burke (2003), o nascimento da Biblioteconomia, enquanto escola de ensino surgiu da necessidade de um sistema de classificação de assuntos, para que fosse possível organizar de forma prática e eficaz os conhecimentos presentes nos livros. Nesse ponto a Biblioteconomia apresentou a ideia de ensino de métodos e técnicas para a organização da informação.

É elucidado por Kremer (2006) o surgimento do primeiro curso de Biblioteconomia na Universidade de Columbia em Nova York, EUA. Qualificação que se utilizou dos estudos de classificação de Melvil Dewey. Já neste momento, o conceito chamado “anti humanista” foi alvo de críticas e no início do século XX a Associação Americana de Biblioteconomia (ALA) começou a estabelecer critérios para a melhor harmonização entre o perfil social e técnico da profissão. Com isso, compreende-se o impacto do respaldo técnico na Biblioteconomia como motivação inicial para a área, para sua existência. Já no Brasil, o nascimento da Biblioteconomia é relacionado por Dias (1995) aos fatos do período colonial, já que a primeira biblioteca de cunho público do país surgiu em 1810, como a Biblioteca Nacional, sendo aberta ao público quatro anos depois.

No entanto, o curso da Biblioteconomia no Brasil surgiu em 1911, mas ao contrário dos Estados Unidos, havia um cunho humanístico em sua concepção, sendo até mesmo obrigatória a formação humana no currículo do bibliotecário. Segundo Tarapanoff (1985), o grande foco era o de dar ênfase especial ao aspecto cultural e informativo, dando menos enfoque ao aspecto técnico da área.

O enfoque tecnicista ocorreu quando as escolas de Biblioteconomia surgiram em São Paulo, que assumiram a missão de formar novos bibliotecários na capital paulista, quando realizavam ações para a formação que atendiam às lacunas de profissionais bibliotecários da própria instituição. Com isso, Lindemann (2014, p. 22) observa que:

[...] a Biblioteconomia nasce no Brasil com essência humanista e só passa a integrar sua base consolidada na técnica quando as Escolas de São Paulo adotam literalmente a técnica “Deweyniana” como padrão de ensino e aplicabilidade profissional.

Uma série de mudanças sociais trazidas pela Revolução Francesa foram capazes de alterar as formas e técnicas distintas de cada biblioteca de recuperar

informação, já que anterior a isso, Siqueira e Lima (2020, p. 670) retratam que “[...] cada biblioteca apresentava formas e técnicas de organizar e permitir acesso ao acervo, sendo necessário o bibliotecário guardião possuir um mapa mental da localização dos livros bem como o conteúdo dos mesmos”.

No entanto, a forma como a informação é registrada sofreu uma grande alteração com o desenvolvimento da tecnologia após a Segunda Guerra Mundial nos anos 1950. É nessa época que também se observa a ascensão da Ciência da Informação (CI) a ser estabelecida como uma ciência de caráter interdisciplinar, possuindo a colaboração de diversas áreas do conhecimento “[...] incluindo a própria Biblioteconomia, a Arquivologia, Comunicação Social, Engenharia da Computação, Neurociência, entre muitos outros” (SIQUEIRA; LIMA 2020, p. 670), provocando diversas mudanças e diálogos com a Biblioteconomia por se tratar de um mesmo objeto de estudo, a informação.

Com isso o termo Biblioteconomia Social surgiu através de tais diálogos entre a Biblioteconomia e a recém CI, já que entre ambas havia a discussão sobre a disponibilização de acesso à informação a todas as esferas sociais por parte dos bibliotecários, mas ressalta-se que não foi um termo explorado devido ao viés tecnicista sobre o qual a Biblioteconomia já havia sedimentado no Brasil. Na verdade, a contribuição mais específica é que a Biblioteconomia incorporou a concepção da interdisciplinaridade que a CI possui, dialogando com a Ciência Social Aplicada, contribuindo para a formação da Biblioteconomia Social.

Com um cenário retratando a pouca abordagem da Biblioteconomia Social devido à priorização de processo e formação técnica, Silva (2018) alega a necessidade de se desenvolver práticas de informações com determinadas vertentes (políticas, educativas, culturais e profissionais) para que se atenda a compreensão social presente na Biblioteconomia, que se baseia na:

[...] percepção de compartilhamento e partilha entre sujeitos, sendo um dos legados vitais da Biblioteconomia contemporânea, visto que a plenitude das práticas sociais biblioteconômico-informacionais demanda a partilha como construto coletivo entre sujeitos (SILVA, 2018, p. 34).

Para que tais objetivos sejam atingidos, a biblioteca deve ser vista como um ambiente capaz de promover acesso à informação e ao conhecimento de forma efetiva e promover tal compartilhamento, tais conhecimentos serão capazes de elevar

senso crítico e ampliar a percepção do meio social dos sujeitos envolvidos nas práticas promovidas. (SANTOS; ARRUDA; GUARALDO, 2020).

Apesar do campo da Biblioteconomia possuir uma percepção voltada para o tratamento técnico e armazenamento das informações, Tanus e Silva (2019) destacam que é a partir da segunda metade do século XX que se emerge uma Biblioteconomia voltada para o âmbito social, através da obra de Jesse Shera e Margaret Egan, a *Epistemologia social*, publicada em 1952.

A concepção de epistemologia social de Shera (1977) pressupõe que as bibliotecas não devam ser meros espaços de armazenamento de informações para que o usuário apenas busque a informação que deseja, mas uma instituição social que exerça atividades que contribuam com o desenvolvimento do usuário e da sociedade, principalmente os indivíduos situados na vulnerabilidade social:

O objetivo da biblioteconomia seja qual for o nível intelectual em que deve operar é aumentar a utilidade social dos registros gráficos, seja para atender à criança analfabeta absorva em seu primeiro livro de gravuras, ou um erudito absorvido em alguma indagação esotérica. Portanto, se a biblioteconomia deve servir à sociedade em toda extensão de suas potencialidades, deve ser muito mais do que um monte de truques para encontrar um determinado livro numa estante particular, para um consulente particular. (SHERA, 1977, p. 11).

Tal ideia é corroborada por Macedo (2013, p. 8), ao afirmar que a epistemologia social “[...] contextualiza socialmente os processos informacionais; não isolando a informação e o ato de dispor a informação, mas, sobretudo compreendendo a engrenagem do fluxo da informação e suas consequências”. Deste modo, o caráter social da informação se agrega à Biblioteconomia, cujo profissional bibliotecário não deve mais se apegar ao valor tecnicista, mas incorporar os valores de cultura, ação e cidadania dentro das bibliotecas. (LINDMANN, 2014).

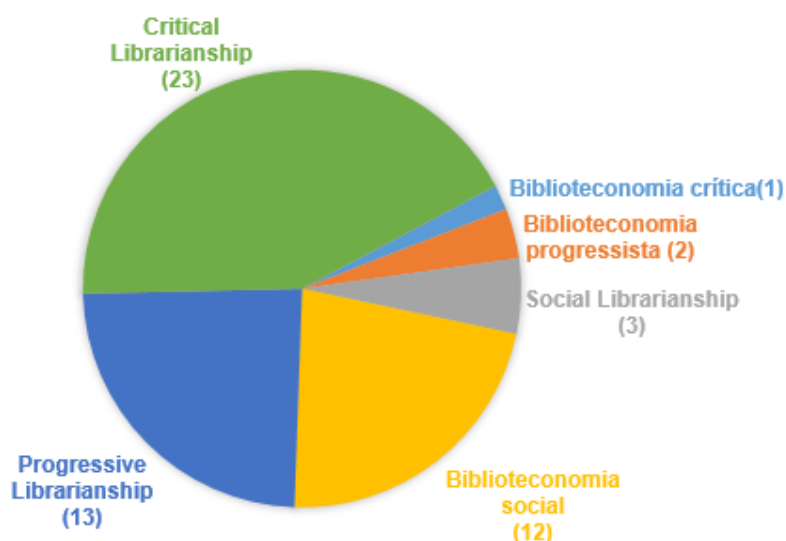
Enquanto a epistemologia social constrói uma base para desenvolver a Biblioteconomia Social, no Brasil o seu crescimento se constrói por meio científico a partir da década de 1980, incentivada por autores como Anna da Soledade Vieira, Solange Puntel Mostafa, Luiz Milanesi, Francisco das Chagas de Souza e Oswaldo Almeida Júnior (TANUS; SILVA, 2019).

De acordo com Tanus e Silva (2019), o aumento de ideias da Biblioteconomia com caráter social no território brasileiro foi causado por Mostafa (1985) ao publicar em sua tese *Epistemologia da Biblioteconomia* o termo Biblioteconomia Social. No entanto, os autores também destacam que tal terminologia

não chegou a ser apropriada e difundida de forma imediata, sem grandes proporções na comunidade intelectual.

Pensando na terminologia Biblioteconomia social, Tanus e Silva (2019) realizaram estudo nas bases de dados BRAPCI e Library and Information Science Abstracts (LISA), e constataram que ao longo da literatura, a Biblioteconomia Social é expressa a partir de outros termos. Ao recuperar um total de 54 artigos, sendo 15 da BRAPCI e 39 da LISA, os autores constataram o uso de termos como “Biblioteconomia Social”, “Biblioteconomia Progressista” e “Biblioteconomia Crítica”, assim como em inglês “*Social Librarianship*”, “*Progressive Librarianship*” e “*Critical Librarianship*”:

Gráfico 1 - Terminologias para Biblioteconomia Social



Fonte: Adaptado de Tanus e Silva (2019).

Apesar da infinidade de terminologias, é necessário compreender o conceito da Biblioteconomia social, que vem ganhando uma maior ênfase desde o final do século XX. De início, é possível observar como ele é definido por pesquisadores como Civallero (2013), Siqueira e Lima (2020), Lindemann (2014) e Tanus (2016):

Quadro 1 - Conceitos de Biblioteconomia Social

AUTORIA	CONCEITO
Faggiolani e Solimine (2013)	Apontam que o maior desafio desta nova forma de entender a Biblioteconomia é a de atualizar a formação profissional do bibliotecário, fornecendo-lhe ferramentas para concretizar a visão da biblioteca pública em ajudar as pessoas a viverem melhor, através de ferramentas que os ajudem a conhecer e compreender a sociedade em que vivem (2013, p. 18, tradução nossa)
CIVALLERO (2013) <i>apud</i> Lindemann (2014)	Define-se Biblioteconomia Social como sendo uma filosofia e ação dentro da CI que reivindica uma Biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática (p. 43)
Lindemann (2014)	Biblioteconomia social significa preceito na interação entre bibliotecas e sociedade, tornando-se assim uma unidade de nível cognitivo em que se reconhece que só podem existir bibliotecas onde há sociedade. Então, tudo que se relaciona direta ou indiretamente a instituições de biblioteca no contexto da sociedade pode ser considerado como assunto geral ou específico. É por isso que a sociedade como um objeto de pesquisa sociológica, é o tema de estudo de muitas disciplinas sociais e humanistas, e a Biblioteconomia como ciência social, não é uma exceção a este respeito (p. 43)
Siqueira e Lima (2020)	Conceitua-se Biblioteconomia Social como a parte da Biblioteconomia que busca discutir e pôr em prática questões ligadas a mediação, disponibilização e disseminar a informação, possuem deveres sociais a serem realizadas, e esses deveres ultrapassam em muito o processamento técnico (p. 672)
Tanus (2016)	A Biblioteconomia Social, como se busca em sua complexidade é aquela dirigida ao desenvolvimento do sujeito e da sociedade onde se inserem, requerendo ações que extrapolam a organização e tratamento do acervo, tais como a necessidade de comunicá-lo, ser manuseado, lido, apropriado, em diversos formatos e suportes, fazendo jus à dimensão social e democrática das bibliotecas. A multiplicidade e a desestabilidade se tornam palavras de ordem; a relação da comunicação e do sistema não é unidirecional, mas multidimensional (p. 90)

Fonte: Compilação própria, 2021.

Assim, é possível perceber através dos autores citados no quadro 1, que a Biblioteconomia Social surge com o princípio de criar um elo social entre a biblioteca e a sociedade, através da promoção de produtos e serviços que vão mais além que a

organização e disponibilização da informação, permitindo agora o desenvolvimento do usuário ao saber manusear e se apropriar da informação. Deste modo, cabe aos bibliotecários desempenharem o papel de protagonistas no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

A atuação deste bibliotecário social pode ocorrer com a colaboração dos princípios de acesso à informação publicados na Declaração de Lyon em 2014, afirmando que o “[...] desenvolvimento sustentável visa garantir a longo prazo a prosperidade socioeconômica e o bem estar das pessoas em todos os lugares” (IFLA, 2014, p. 1). Pensando na informação como gatilho de transformação do indivíduo na sociedade, principalmente aqueles situados na vulnerabilidade social, o bibliotecário pode intervir mediante os princípios do documento da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), uma vez que:

O acesso à informação apoia o desenvolvimento, capacitação das pessoas, especialmente dos marginalizados e os que vivem em situação de pobreza, para: exercer os seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

- Ser economicamente ativos, produtivos e inovadores.
- Aprender e aplicar novas habilidades.
- Enriquecer sua identidade e expressões culturais.
- Tomar parte na tomada de decisões e participar de uma sociedade civil ativa e engajada.
- Criar soluções baseadas na comunidade para os desafios de desenvolvimento.
- Assegurar a prestação de contas, transparência, boa governança, participação e empoderamento.
- Medir o progresso dos compromissos públicos e privados de desenvolvimento sustentável. (IFLA, 2014, p. 1).

Pensando em uma sociedade mais sustentável, em 2015 foi publicada a Agenda 2030 por países membros da ONU, visando a erradicação da pobreza, a paz e a prosperidade entre os indivíduos e as nações. Através do documento, Souza e Spudeit (2019) destacam que o bibliotecário pode atuar nos objetivos de promoção da educação de qualidade e da redução das desigualdades, o que eles chamam de empreendedorismo social na Biblioteconomia, que visa “[...] a melhoria no acesso, uso e disseminação da informação para a efetiva construção do conhecimento e formação de uma sociedade mais reflexiva, crítica, consciente e democrática” (SOUZA; SPUDEIT, 2019, p. 6).

Silva (2018) ainda destaca que a Biblioteconomia Social, como disciplina e aplicação profissional, caracteriza-se por três aspectos: a percepção de compartilhamento e partilha entre sujeitos; o benefício social que pode se tornar um viés seletivo, mesmo pensando no bem comum dos indivíduos; e o desenvolvimento de práticas informacionais para os usuários. Deste modo, o autor aponta que a

Biblioteconomia Social pode proporcionar seis campos de atuação para o bibliotecário:

Figura 1 - Perspectivas de atuação social na Biblioteconomia



Fonte: Adaptado de Silva (2018, p. 35).

A prática da Biblioteconomia social pode atingir os mais variados campos de atuação do bibliotecário, desde as bibliotecas públicas, presidiárias ou as comunitárias. No decorrer da literatura brasileira, é possível observar trabalhos que bibliotecários desenvolvem em prol do desenvolvimento dos indivíduos na sociedade, principalmente em comunidades vulneráveis.

Se tratando de espaços vulneráveis, os trabalhos nas bibliotecas prisionais vêm ganhando crescimento, inspirados nos trabalhos da bibliotecária Cátia Lindemann, que destaca como este ramo profissional ainda possui preconceitos, por envolver indivíduos considerados marginalizados pela sociedade (COLARES; LINDEMANN, 2015). Através da mediação de leitura, criação de oficinas e promoção do espaço da biblioteca, Colares e Lindemann (2015) demonstram como é possível o bibliotecário estimular a leitura e transformar a biblioteca como espaço educacional, no intuito dos detentos ampliarem sua educação formal e conseguirem, futuramente, a integração, em melhores condições, na sociedade.

Apoiado na atuação de Lindemann é possível ainda citar produtos resultantes dos programas de pós-graduação em CI, com o objetivo de instruir e estimular o exercício de atividades em bibliotecas prisionais, a exemplo do trabalho

da bibliotecária e mestre em CI pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Raquel Fernandes (2019), que em sua dissertação propôs um guia de dinâmicas culturais para o estímulo de leitura em bibliotecas prisionais, premiado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB) como a melhor dissertação de mestrado profissional do Brasil no ano de 2020. Importante mencionar também o trabalho de Lima (2020) denominado “Leitura no cárcere: subsídios para uma prática de leitura integrada à educação profissional”.

Em se tratando de bibliotecas públicas, pode-se destacar o estudo de Nunes e Spudeit (2017), que analisaram como as bibliotecas públicas de Florianópolis exerciam o papel de social em suas respectivas comunidades. Apesar das bibliotecas enquadrarem suas atividades de acordo com a realidade das comunidades e os recursos financeiros disponíveis, além de funcionarem como uma extensão da biblioteca escolar, as autoras destacam três pontos a serem melhorados: “a) contratação de mais bibliotecários; b) estudo de usuário e comunidade para fazer planejamento anual com orçamento fixo destinado às bibliotecas; c) medidas de motivação, qualificação e capacitação para equipe” (NUNES; SPUDEIT, 2017, p. 5).

Apesar da falta de recursos ou profissionais para a atuação de atividades nas bibliotecas públicas de Florianópolis, e que é uma realidade de muitas bibliotecas do Brasil, é necessário ressaltar o impacto que as bibliotecas podem proporcionar na região da comunidade, a exemplo da Biblioteca Parque de Manguinhos. Ao ser criada em uma zona periférica, Duarte (2018) destaca que o espaço minimizou a violência local através da promoção de atividades culturais e atendimento à comunidade local.

A exemplo das bibliotecas comunitárias tem-se o trabalho desenvolvido na Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo Silva, Pereira e Coutinho (2017), a biblioteca é fruto do Programa de Inclusão Social da Vila Residencial da UFRJ (PIS-Vila) em colaboração com os cursos de graduação da UFRJ, a qual desenvolve projetos de extensão com o objetivo de fornecer “suporte às atividades comunitárias e servindo de espaço público de agregação, informação, lazer, aprendizado e memória local” (SILVA; PEREIRA; COUTINHO, 2017, p. 3), fornecendo serviços de mediação cultural e informacional.

Como um dos objetivos da CI é contribuir para que a informação seja um elemento de inclusão social do qual se ofereça oportunidades de desenvolvimento para as pessoas, compreende-se a responsabilidade social do profissional bibliotecário, seu papel de mediador da informação necessária para o exercício da

cidadania preconizado na Biblioteconomia Social, o qual será discutido no próximo capítulo.

4 BIBLIOTECÁRIO MEDIADOR

Compreendendo a informação como recurso necessário para fortalecer a cidadania e crescimento sociocultural de indivíduos, a mediação da informação é pautada na Biblioteconomia como a capacidade do bibliotecário em cumprir tais objetivos; torna-se necessário antes compreender os conceitos de mediação e mediação da informação, para que se possa entender o contexto no qual se insere o bibliotecário.

Antes de tudo, é necessário compreender que a mediação pressupõe a aplicabilidade do diálogo. Santos, Arruda e Guaraldo (2020) especificam o conceito de mediação, ao se tratar da informação, comunicação e cultura como formas de diálogos da relação humana, reconhecendo ações mediadoras, como as ações que oportunizam o encontro de ideias, cultura, pensamento e conhecimento construídos pelos sujeitos do meio social. Tal pensamento corrobora com diversos autores como Almeida Júnior (2019), Bicheri (2008) e Bortolin (2010), ao se referirem à mediação como um ato de interferência.

Bicheri (2008) vai além e conceitua a mediação por se tratar da aplicabilidade de vários caminhos, opções ou escolhas, constatando que na mediação, alguém deve estar entre duas ou mais pessoas/coisas, o que facilita uma relação, tendo tal pessoa servindo como intermediário, que sugere algo, sem agir pela pessoa ou impor alguma coisa. Além disso, Gomes (2014) reitera sobre a mediação como uma ação de diálogos, com o significado de compartilhamento, já Davallon (2007) contribui ao acrescentar que a mediação é recorrida sempre que concepções comuns de comunicação se mostram falhas ou inadequadas.

Por se tratar de um conceito pautado no diálogo como um processo que desenvolve interações entre sujeitos, Almeida Júnior (2015) faz uma importante observação acerca do ato de interferência ou mediação ser erroneamente visto como uma analogia comum entre alguns profissionais, relacionando a mediação da informação à imagem de uma ponte ligando dois lados de um ambiente.

A imagem da ponte parece-nos inapropriada, em especial porque apresenta a ideia de algo estático, que leva alguma coisa de um ponto a outro ponto, sendo estes predeterminados e fixos, e que não interfere no trajeto, no modo de caminhar e no final do percurso (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

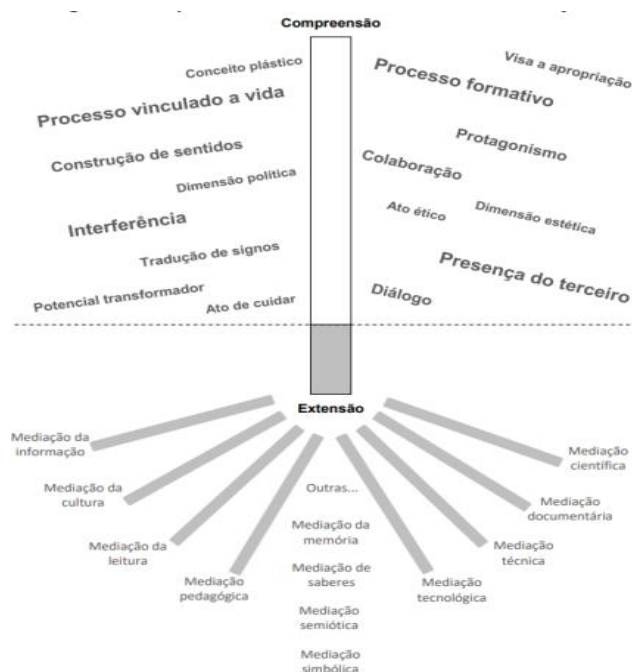
Outra característica importante acerca da mediação se encontra na sua interdisciplinaridade, Almeida Júnior (2009) e Gomes (2014) percebem uma abordagem interdisciplinar na mediação por atravessar conceitos como informação, cultura e comunicação, quando Santos, Arruda e Guaraldo (2020) apontam em específico a cultura como um conceito de natureza comunicativa, percebendo-a como responsável pela produção de sentidos; sendo assim, não podendo significar exclusivamente uma transferência de conteúdo.

Alegações como essa ajudam a compreender a fala de Bortolin (2010) ao investigar como o termo mediação não é domínio de uma determinada área do conhecimento ou profissional, mas indicando que, em relação à CI, é possível encontrar a mediação relacionada a outras expressões, sendo elas a:

mediação da informação, mediação cultural, mediação da leitura, mediação pós-custodial, mediação documental, mediação profissional, mediação do conhecimento, mediação do objeto cognitivo, mediação digital e mediação do espírito (BORTOLIN, 2010, p. 118).

A compreensão e extensão da mediação é reforçada por Santos Neto (2019) ao analisar a polissemia do seu termo, a partir da metodologia de Barros (2006), e destaca quais os significados importantes para compreender a mediação e como seu conceito pode ser estendido a diversas áreas do conhecimento:

Figura 2 - Compreensão e extensão do conceito de mediação



Fonte: Santos Neto (2019, p.347).

Por meio da interdisciplinaridade, Nunes e Cavalcante (2017) observam como a mediação pode ser tratada em diversos campos, por permitir que haja contribuições em sua análise, podendo a mediação na CI não só favorecer a inserção de amplas discussões acerca da informação, como, os autores também indicam a possibilidade de relação com temas como cognição, conhecimento, comunicação, competência, cultura, gestão da informação e leitura.

Na CI, Davallon (2007) acredita que abordagens que estudam a relação entre sujeito e ambiente também acabam considerando aspectos sociais e culturais que moldam a mediação da informação. Pensando nos contributos da CI, pode-se apontar o conceito de mediação da informação por Almeida Júnior (2015), ao ressaltar que este ato da interferência é descrito como:

[...] toda ação de interferência realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Analisando o estudo da mediação da informação na produção científica do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), Fialho, Nunes e Carvalho (2017, p. 257) reforçam que na CI e na Biblioteconomia, a mediação da informação é definida como “[...] um processo que engloba diferentes atores, saberes, dispositivos, ambientes e sistemas, interligados pelo interesse, pela informação, pelo desejo do conhecimento e pela aprendizagem que permeia todas as suas interfaces”.

É importante perceber a mediação da informação como uma ocorrência na qual a tarefa de um profissional da informação visa que a absorção de informação seja satisfatória. É oportunizado que o sujeito associe o conteúdo com algum conhecimento anterior do qual foi resultado de seu desenvolvimento sociocultural, isso é chamado pelo autor de apropriação informacional, tal apropriação de informações poderá então lhe causar dúvidas; conflitos que irão ascender novas necessidades informacionais e assim por diante.

Compreendendo o caráter de diálogo e compartilhamento envolvendo a mediação, Pinto e Gouvêa (2014, p. 56) descrevem a função do mediador como a capacidade de gerenciar a interação entre bens culturais e o público, através de “[...] meios e códigos que favoreçam o acesso e a apropriação dessas produções”. Os

autores ainda fazem uma correlação com Santos, Duarte e Lima (2014) sobre a importância do mediador, por se tratar de um papel fundamental no processo de desenvolvimento dos sujeitos envolvidos, uma vez que o profissional irá articular a aproximação entre os sujeitos e algum objeto estudado, ou entre os sujeitos, o que potencializará as suas relações sociais.

Já para o profissional da informação, Santos, Arruda e Guaraldo (2020) indicam que a ação mediadora remete ao ato de ir ao encontro de necessidades informacionais dos usuários, para que a informação possa ser disponibilizada e então satisfazer e suscitar questionamentos, sendo ambos os sujeitos protagonistas da ação. Os autores reforçam que, para que haja o processo efetivo de comunicação entre mediadores e públicos, é necessária a existência da informação, da mediação e do protagonismo social, entendendo que sem mediação não há informação e comunicação.

Entendendo a informação como um direito social, o qual engloba a cidadania e o direito amplo ao acesso, independentemente de seus suportes, a responsabilidade dos profissionais da informação é ampliada, até mesmo as categorias são aumentadas para caber mais habilidades e competências distintas. (SANTOS, DUARTE; LIMA, 2014).

Em se tratando do profissional bibliotecário, Silveira (2008, p. 84) afirma que “[...] o moderno bibliotecário não lidera mais o lugar de único mediador da informação, pois a ele se somam os documentalistas, arquivistas, administradores, analistas de sistemas, jornalistas, museólogos, dentre outros”.

Conforme o documento da UNESCO (1996, p. 9) “[...] a premissa é que a rede, a informação e o conhecimento devem ser acessíveis a todos, independentemente de raça, nacionalidade, gênero, local, ocupação ou status social”. A afirmação apresentada acima se aproxima da missão do bibliotecário que é permitir o acesso à informação, independente das origens dos sujeitos, suas crenças, etnias, posição econômica, profissão, ou qualquer outro aspecto social. Nesse sentido, a informação em seus variados suportes, como também as tecnologias que potencializam o uso da informação, devem estar acessíveis aos sujeitos, e é papel dos bibliotecários e demais profissionais da informação atuarem de maneira que seja garantido esse direito de acesso à informação.

Além disso, Sanches e Rio (2010) destacam a necessidade do profissional bibliotecário ser um indivíduo ativo, não focando o lado tecnicista da profissão, uma

vez que a comunidade necessita de um profissional que seja comprometido a prestar melhorias ao seu espaço, logo os autores apontam que o ato de mediar:

[...] é construir em conjunto espaços que ativem no profissional bibliotecário, agora não mais um profissional passivo, uma postura comprometida com sua classe profissional e com a comunidade a qual atende culminando em um compromisso com a sociedade fazendo que seu ramo de atividade seja reconhecido socialmente por sua importância. (SANCHES; RIO, 2010, p. 110).

Vislumbra-se, assim, o papel do bibliotecário no processo de mediação da leitura, seja na biblioteca, na sala de aula ou em qualquer espaço que ocorra o diálogo entre a informação e o usuário, e de indubitável relevância em comunidades, o qual pode contribuir enormemente para o desenvolvimento da cidadania.

5 SALAS DE LEITURA

Como os serviços oferecidos por uma biblioteca, as salas de leitura contribuem para que crianças, jovens e adultos possam ter ricas oportunidades de aprendizagem como o aprimoramento da técnica de ler. Para a melhor conceituação das salas de leitura, usou-se principalmente o diagnóstico de Oriente (2013, p. 25), o qual afirma que:

A sala de leitura é um projeto feito individualmente ou por iniciativa da população, que consiste na construção de pequenas bibliotecas para difusão do conhecimento, cultura e desenvolvimento social, como tendo ainda a diminuição da desigualdade social, violência, conflitos, ignorância etc.

Já Santana (2017) referencia a sala de leitura por meio do discurso legal da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 2012, que descreve as salas de leitura como espaços físicos onde, “[...] é privilegiado para a formação do leitor, estimulando a curiosidade, o senso crítico e o prazer em ler, na construção do conhecimento, na aquisição das informações e no desenvolvimento da autonomia” (SANTANA, 2017, p 15).

Em seu trabalho, a autora segue descrevendo que o início das salas de leitura se deve a um projeto em 1972 da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP), com o objetivo de fomentar condições mais favoráveis em relação ao ato de ler na escola. Tal projeto consistia na formação continuada para os docentes e na organização de atividades semanais em bibliotecas públicas, com a presença de alunos de todas as classes, das atividades realizadas como dramatização, leitura livre, hora do conto, debates, empréstimo e uso de dicionários. As justificativas se davam pelo intuito de ensinar tanto alunos quanto professores, tal experiência entre a Escola Municipal Maria Antonieta D’Alkimin Bastos e a Biblioteca Infantil Anne Frank, sob a Portaria nº 2.032, de julho de 1972, foi identificada na literatura como uma experiência piloto. (FIRMINO, 2015).

Era esperado que alunos adquirissem o hábito de leitura, e com isso, as salas de leitura seriam vistas como local de treinamento para a realização deste processo. É nesse contexto que surge o uso de professores como os designados para operacionalizar tais treinamentos nas salas de leitura, fazendo com que a

administração e a responsabilidade legal dessas salas passassem a ser de professores, como indicado no decreto.

Parágrafo Único - Caberá ao Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL a organização permanente do acervo, o tombamento e empréstimo de livros, a orientação à pesquisa bibliográfica, a leitura de diversos gêneros, a roda de apreciação literária e a organização de acervo de sala de aula em articulação com o Professor regente de classe. (SÃO PAULO, 2018).

Para Santana (2017, p. 62) a criação do cargo de Professor da Sala de Leitura é um ponto relevante quando “[...] esboça o período de transição da experiência piloto entre a biblioteca pública e a escola até as Salas da RMESP”. Neste processo, Borges (2013) destaca que a presença maciça de educadores durante este processo é percebida nas implementações das Salas no Rio de Janeiro como resultado de manobras na Lei nº 4.084 de junho de 1962, a qual regulamenta o exercício legal da profissão do bibliotecário, tornando obrigatória a presença desse profissional para que seja reconhecida como uma biblioteca.

Borges (2013) contextualiza em relação às manobras quando cita o Programa Nacional da Fundação de Apoio ao Estudante (FAE) em 1984, cuja ideia era que a aplicabilidade das atribuições das salas fossem estendidas para ambientes alternativos como pátios e jardins, sendo observado que a ausência de um bibliotecário era a forma de permitir o manuseio dos livros sem a presença do profissional, com isso, alterando a nomenclatura das bibliotecas para salas de leitura, retirando a obrigação com a lei.

Diante da necessidade de se traçar um histórico legislativo para a formação das salas de leitura, o quadro 2 apresenta a sua origem desde 1972, apontando data, legislação e descrição de Lei:

Quadro 2 – Histórico da formação das salas de leitura

DATA	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO
13 de julho de 1972	Portaria nº 2.032	Origem do Programa com a instituição da experiência-piloto de ação intercomplementar entre a Escola Municipal Maria Antonieta D’Alkimin Bastos e a Biblioteca Infantil Anne Frank
29 de julho de 1973	Decreto nº 10.541	Instituição em caráter permanente do Programa Escola-Biblioteca – PEB

1975	Portaria nº 5.697/1975	Aplicada uma seção inteira para normatizar a organização e o funcionamento da Sala de Leitura nas escolas, indicando um professor por unidade como Encarregado da Sala de Leitura – PESL, podendo ser professor readaptado, e definindo suas atribuições
31 de março de 1978	Decreto nº 15.002	Criação do Setor de Atividades Escola-Biblioteca, subordinado ao Departamento de Planejamento e Organização (DEPLAN)
30 de dezembro de 1982	Portaria nº 9.517	Publicação do novo Regimento Comum das Escolas Municipais que estabelece a Sala de Leitura como integrante dos serviços co-curriculares
03 de fevereiro de 1983	Decreto nº 18.576	O Setor de Atividades Escola-Biblioteca passa a ser denominado Setor de Atividades de Sala de Leitura, subordinado ao Departamento de Planejamento e Orientação (DEPLAN)
20 de março de 1990	Decreto nº 28.603	Estabelecimento do novo Regimento Comum das Escolas Municipais regulamentação de atividades nas salas de leitura das escolas
20 de março de 1990	Portaria nº 3.128	Efetivou a regulamentação de atividades nas salas de leitura das escolas
30 de junho de 1997	Decreto nº 36.969	Extensão do Programa Salas de Leitura às escolas de Educação Infantil
30 de dezembro de 1997	Portaria nº 7.851	É indicado como requisito para a designação como POSL, ser professor de Ensino Fundamental I ou Ensino Fundamental II da área de Língua Portuguesa.
20 de junho de 2001	A Portaria nº 3.234	Estabelece que professores de Ensino Fundamental I ou Ensino Fundamental II de qualquer área podem se candidatar a POSL.

Fonte: São Paulo (1972, 1973, 1978, 1982, 1983, 1990, 1997, 2001).

Dentro do contexto histórico apresentado, ressalta-se que apesar da existência da Lei nº 12.244/2010 afirmando a necessidade de bibliotecas em escolas públicas e privadas em todo território brasileiro dentro de dez anos, é perceptível a ausência de especificações no que tange às salas de leitura.

Paiva (2020) reflete que atualmente não há uma definição específica sobre sala de leitura, por se tratar de mero espaço físico destinado a leitura “[...] você pode dizer qualquer lugar onde eu tenha objeto bibliográfico ou não [...], para leitura, uns *puffs*, umas cadeiras, em que a pessoa pode sentar ali e ficar lendo é uma sala de leitura”.

Em uma palestra no plenário da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE) no ano de 2019, a Dra. Telma de Carvalho, professora do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS, destacou a diferença entre biblioteca e sala de leitura, destacando que nesta última não há a necessidade do profissional bibliotecário, uma vez que possui estrutura e acervo limitados, dificultando o desenvolvimento de atividades. Segundo Carvalho (2019)³

A sala de leitura é uma salinha que não há uma necessidade mesmo de ter um bibliotecário, mas se tem um número pequeno de obras para os alunos fazerem alguma atividade, o professor fazer uma leitura. Isso é uma coisa. Agora, biblioteca tem que ter um exemplar para cada aluno, uma estrutura, equipamento, pessoal capacitado, atividades que são realizadas enquanto serviços.

Borges (2013, p. 51) fomenta como a atuação da biblioteca e da sala de leitura se diferenciam pelo profissional que nelas atuam, contudo “[...] ambas possuem a mesma finalidade e são a ligação na formação competente do leitor que utiliza o que é produzido por esses ambientes”.

Ao apresentar os dados do Censo Escolar da Educação Básica em 2017, Santos (2018) destaca o crescimento de salas de leitura em escolas ao apontar a presença de 20% das mesmas em escolas de todo o território brasileiro, sendo que o crescimento de 2010 a 2017 (Quadro 3) correspondia a 49%. O autor atribui a elevação do quantitativo pela opção de estados e municípios por um caminho mais econômico, inclusive, porque nesse modelo não se faz necessária a construção de novos espaços e a contratação do profissional bibliotecário.

Quadro 3 - Escolas Públicas no Brasil com Bibliotecas e Salas de leitura, segundo dados dos Censos Escolares da Educação Básica de 2010 a 2017

³Disponível em: <https://al.se.leg.br/professora-diz-que-sala-de-leitura-nao-e-biblioteca/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Ano	Total de Escolas públicas de Educação Básica	Escolas com Bibliotecas	Escolas com Sala de Leitura
2010	158.710	42.832 (27%)	19.548 (12%)
2011	156.164	42.895 (27%)	23.054 (15%)
2012	154.583	43.513 (28%)	25.766 (17%)
2013	151.884	43.928 (29%)	26.551 (17%)
2014	149.098	44.305 (30%)	26.054 (17%)
2015	146.718	45.456 (31%)	27.471 (19%)
2016	145.647	45.681 (31%)	28.953 (20%)
2017	144.726	44.906 (31%)	29.093 (20%)

Fonte: Santos (2018, p. 8).

No entanto, o trabalho de Santos e Bari (2015) verifica a realidade do censo escolar, indicando uma falta de solidez e confiabilidade dos indicadores apresentados pelo Ministério da Educação (MEC).

De acordo com os parâmetros nacionais desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE), os quais apresentam a biblioteca escolar como um dispositivo informacional, a mesma deve possuir espaço físico suficiente para acomodar o acervo, ambientes para serviços e atividades de usuários e serviços técnicos e administrativos. Além disso, ela deve possuir:

[...]materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários; • tem acervo organizado de acordo com normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez; • fornece acesso a informações digitais (internet); • funciona como espaço de aprendizagem; • é administrada por bibliotecário qualificado, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar. espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar: • o acervo; • os ambientes para serviços e atividades para usuários; • os serviços técnicos e administrativos. (GEBE, p.9, 2010).

No âmbito brasileiro, tais parâmetros servem para balizar a diferença entre uma biblioteca escolar e uma sala de leitura. Com isso, Santos e Bari (2015) utilizam tais parâmetros para uma análise em território nacional, as quais constataram como os dados sobre a implementação de bibliotecas por parte de gestores não são verossímeis:

A declaração dos Diretores Escolares aos órgãos oficiais é imprecisa e não traduz a realidade, mediante a falta de parâmetros que conceituem e indiquem as condições de implantação e qualificadores da Biblioteca Escolar, segundo os princípios Biblioteconômicos e as leis brasileiras. (SANTOS; BARI, p.1, 2015).

Conforme já apontado, em Sergipe a distinção entre salas de leitura e bibliotecas escolares foi pautada em plenário da ALESE, como ressaltado na fala da professora Dra. Telma de Carvalho, sobre a conjuntura política das bibliotecas escolares e da documentação escolar. O objetivo era reforçar a importância da presença de bibliotecários nas escolas, conforme a Lei 12.244/10.

Mesmo diante dos entraves entre as bibliotecas e as salas de leitura em Sergipe, Serra (2015) destaca as atividades desenvolvidas na sala de leitura da Unidade Socioeducativa Feminina Senadora Maria do Carmo Alves (UNIFEM), em Aracaju. Sendo coordenada por uma pedagoga, a autora identifica como a sala de leitura pode se tornar um espaço socioeducativo, ao mesmo tempo que ressalta o desejo dos funcionários em transformá-lo em uma biblioteca, o que poderia facilitar ainda mais a mediação com um profissional bibliotecário.

Pensando na vulnerabilidade social e em como a Biblioteconomia Social pode contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos por meio da mediação cultural e informacional, pretende-se a seguir estabelecer os instrumentos metodológicos para investigar como o bibliotecário pode exercer seu papel mediador para trazer melhorias para o espaço, apesar de saber, sempre, que a situação da sala de leitura não é a ideal, o que se deseja mesmo para o estado é que sejam construídas as bibliotecas com todo o seu aparato. No entanto, não se pode menosprezar a existência das salas de leitura e a carência educacional que as acompanha, vislumbrando nesse cenário a oportunidade para o desenvolvimento de atividades que venham trazer benefícios educacionais e sociais concretos à comunidade local.

6 METODOLOGIA

Destaca-se a seguir, aspectos e definições acerca do tipo de estudo, metodologias, procedimentos e instrumentos necessários na realização desta pesquisa.

O presente trabalho foi desenvolvido como um estudo exploratório-descritivo. Possui caráter de pesquisa bibliográfica descritiva e fazendo uso da abordagem quantitativa e qualitativa, utilizou-se o método de pesquisa e análise bibliográfica.

Partindo do apontamento de Gil (2008), no qual uma pesquisa configura-se como o processo formal e sistemático para desenvolver um método científico, tendo como objetivo fundamental a descoberta de respostas para problemas, é preciso que neste caso se trate de uma pesquisa social, que por sua vez se trata de processo que “[...] utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. (GIL, 2008, p. 26).

A realidade social possui um sentido bastante amplo por se tratar de aspectos relativos ao indivíduo e seus múltiplos relacionamentos com instituições sociais, relacionando perfeitamente a temática estudada nesta pesquisa, a qual se propõe abordar a produção acadêmica sobre salas de leitura na região Nordeste.

Para a melhor abordagem da pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, se faz necessário um olhar sensível às questões sociais, com o foco na vulnerabilidade, visto que um dos objetivos da pesquisa é justamente compreender se e como a mesma está inserida nessa produção acadêmica. Tendo em vista que um dos objetivos é o de compreender como a temática da vulnerabilidade é inserida nos estudos envolvendo as salas de leitura, tal interpelação é explicada por Chinzotto (1991, p. 79):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerente e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Assim, se tratando de uma pesquisa social, a abordagem qualitativa possibilita a captação de dados pelo pesquisador, os quais não serão possíveis por representações numéricas. No entanto, é a natureza quantitativa que servirá para expressar em números os dados coletados, sendo permitido o que Gil (2002) descreve como a possibilidade de reduzir, categorizar e interpretar dados através de procedimentos quantitativos. Seguindo então a alegação de Matias Pereira (2007) a qual afirma que na pesquisa quantitativa, tudo pode ser mensurado numericamente, fazendo com que números possam ser transformados em informações opinativas, com a finalidade de serem classificadas e analisadas.

Sendo assim, Fonseca (2009) alega que enquanto o método qualitativo se preocupa com pensamento, juízos e conceitos, o método quantitativo irá arcar com a representatividade numérica, isto é, a mediação objetiva e quantificação dos resultados, permitindo a generalização de uma população através de dados, e sendo possível que pesquisas quantitativas utilizem amostras representativas de uma população para mensurar qualidades.

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2009, p. 20.).

Quanto aos objetivos, pode ser classificada de natureza exploratória, que para Gil (2008, p. 127) é retratada por seu objetivo que "[...] visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele". Torna-se pertinente para tal pesquisa por possuir a característica de planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Prodanov e Freitas (2013) defendem o tipo de pesquisa como habitualmente utilizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Tonetto, Brust-Renck e Stein (2014) fortalecem a pesquisa exploratória com a objetivação de entendimento de problemas e fenômenos investigados.

Conforme destacado por Gil (2008, p. 27), pesquisas exploratórias têm como principal finalidade “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias [...]”. Para isto é preciso a formulação de problemas precisos e hipóteses que possam ser pesquisadas para estudos posteriores. Também é salientado como os seus objetivos podem proporcionar visão geral acerca de um fato. O autor ainda aponta que habitualmente envolvem o uso de um levantamento bibliográfico, descrito por Prodanov e Freitas (2013, p. 54) como um procedimento técnico.

[...] a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Tal análise é reiterada por Lakatos e Marconi (2003) como imprescindível para evitar falsas descobertas de ideias já expressas, quando utilizando citações e principais conclusões de outros autores, é possível salientar e demonstrar possíveis contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes.

Com as técnicas e métodos definidos, para embasar ou fortalecer o estudo nos repositórios, a pesquisa bibliográfica para a composição do referencial teórico foi realizada através de conteúdos presentes nas bases de dados: Convergências em Ciência da Informação (CONCI), Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OASISBR) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICIT). Utilizou-se de combinações entre os termos: “Sala de leitura”, “Biblioteconomia”, “Biblioteconomia social”, “Bibliotecário mediador”, “Mediação da informação”, “Vulnerabilidade social” e “Cidadania”, produzidas entre os anos 2010 e 2020.

Para cumprir o objetivo de selecionar e analisar as principais produções acerca da sala de leitura nos repositórios das Universidades Federais no Nordeste do Brasil, produzidas entre 2010 a 2020, foi novamente realizada uma pesquisa bibliográfica para a recuperação de trabalhos acadêmicos nos repositórios almejados, seguindo a lista *sites* reconhecidos pelo MEC como universidades federais da região nordeste.

Buscou-se recuperar teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso voltados para as áreas das Ciências Humanas/Educação e Ciências Sociais Aplicadas, reconhecendo a conexão das mesmas à temática da sala de leitura,

educação e biblioteca, havendo um maior índice para a recuperação de trabalhos relevantes. Foi definido também o uso da palavra chave “Sala de leitura”, buscando as produções mais recentes entre o corte temporal de 2010 até o ano de 2020, considerando a promulgação da Lei nº 12.244/2010, para que seja possível ter um parâmetro sobre a situação produzida nas universidades desde esta data.

Da população utilizada nesta pesquisa, que é definida por Prodanov e Freitas (2013, p.98) como “a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo”, foram selecionadas 20 universidades federais do Nordeste. As recuperações obtidas de trabalhos nas bases de dados foram reduzidas para sete universidades, constituindo assim a amostra da pesquisa, que é definida como a “parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou um plano” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 98); sendo elas: Universidade Federal de Alagoas (5), Universidade Federal de Sergipe (26), Universidade Federal da Bahia (28), Universidade Federal da Paraíba (215), Universidade Federal de Pernambuco (01) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (131) e Universidade Federal de Campina Grande (1).

É necessário destacar que as demais universidades não apresentaram resultados devido à ausência de trabalhos recuperados (UFC, UFMA, UFPRE, UFERSA, UFDPAr), impossibilidade de identificar as bases de dados (UFPI, UNIVASF, UFOB, UFRB, UFSB, UFCA, Ufape) e *site* indisponível (UNILAB).

Para cumprir o objetivo de analisar as principais produções acerca da sala de leitura, assim como as definições e características atribuídas a esses espaços pelos autores, tomou-se como critério a análise dos dados em 10 categorias:

- a. Delimitar as universidades que produziram sobre a temática da sala de leitura e vulnerabilidade;
- b. Apontar os anos de produção;
- c. Identificar o tipo de trabalho (Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertação e Tese);
- d. Verificar como a sala de leitura é abordada no texto;
- e. Identificar a presença da figura do bibliotecário;
- f. Verificar quem atua na sala de leitura;
- g. Analisar qual a finalidade da sala de leitura;
- h. Observar se a vulnerabilidade é atrelada à construção da sala de leitura;
- i. Apontar se os autores distinguem sala de leitura de biblioteca;

- j. Identificar o público frequentador do espaço.

Por meio de tais categorias foi possível elaborar gráficos estatísticos para representar as características gerais das produções, além de apresentar as principais ideias presentes nas obras, relacionando com o referencial teórico construído neste trabalho, assim como compreender como a temática da vulnerabilidade é inserida na construção de salas de leitura, ao destacar que público é alvo para seu uso, assim como seu funcionamento. É importante ressaltar também que na próxima seção algumas categorias foram desmembradas à medida da necessidade na análise, gerando um número mais detalhado de gráficos.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender os estudos ligados às salas de leitura, esse trabalho tomou como base a produção científica produzida e armazenada nos repositórios das universidades federais do Nordeste entre os anos de 2010 e 2020, totalizando 404 trabalhos. Com o objetivo de investigar como as produções abordam as salas de leitura, analisou-se os trabalhos dentro das categorias apresentadas no anterior.

Deste modo, foi possível analisar as bases de dados de 20 universidades federais do Nordeste e recuperar 404 trabalhos sobre salas de leitura:

Quadro 4- Trabalhos recuperados nas bases de dados das universidades do Nordeste

Universidade	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Total
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	18	8	26
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	4	1	5
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	10	18	28
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	166	49	215
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	27	101	128
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	1	0	1
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1	0	1
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	0	0	0
Universidade Federal do Ceará (UFC)	0	0	0
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	0	0	0
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	0	0	0
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	0	0	0
Universidade do Delta do Parnaíba (UFDPa)	0	0	0
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	0	0	0
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	0	0	0

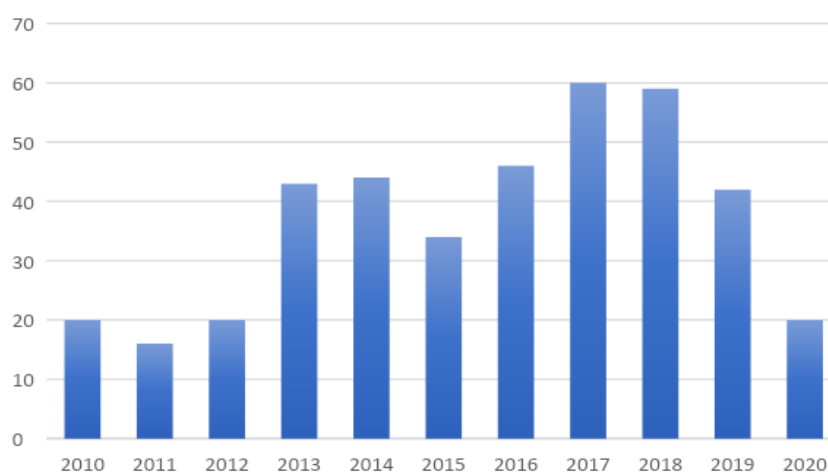
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	0	0	0
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	0	0	0
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape)	0	0	0
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	0	0	0
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	0	0	0
TOTAL	227	107	404

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

É perceptível que a UFPB é a universidade com maior número de trabalhos referentes às salas de leitura, tanto na área de Ciências Humanas quanto na de Ciências Sociais Aplicadas, seguida da UFRN e da UFS. Destaca-se que na UFPE e na UFCG só foi possível recuperar um trabalho, da área de Ciências Humanas. Além disso, destaca-se uma maior presença de trabalhos produzidos na área das Ciências Humanas (56,18%), nos campos da educação e psicologia, abarcando os conhecimentos sobre educação escolar, leitura e alfabetização; realçando as escolas como espaços frequentes nos trabalhos recuperados.

O segundo elemento investigado se trata do ano de produção dos trabalhos recuperados. Para tal, foram considerados trabalhos produzidos entre os anos de 2010 a 2020, tanto de Ciências Humanas, assim como de Ciências Sociais Aplicadas:

Gráfico 2 – Ano de publicação das produções sobre sala de leitura

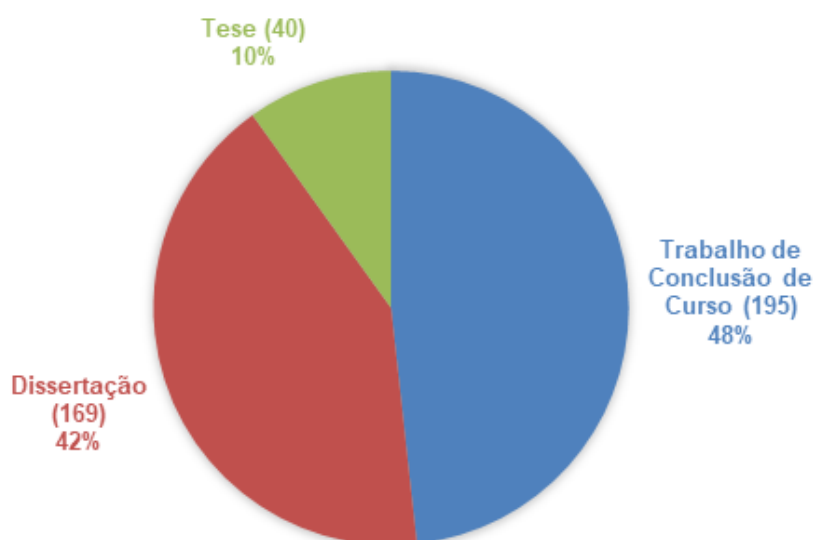


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observa-se que a partir de 2015 houve um crescente aumento da produção acerca das salas de leitura, atingindo seu ápice em 2017. Observa-se que após atingir seu ápice, houve uma queda das produções. Acredita-se que tal pico se deve ao término do prazo da Lei 12.244 criada em 2010, estabelecendo o prazo até 2020 para que escolas de todo território nacional estruturassem as bibliotecas, sendo possível que o aumento de produções a partir de 2015 se justifique pelo interesse da lei como objeto de estudo.

Foi investigado também o tipo de produção elaborada pelos autores, seja a nível de trabalho de conclusão de curso nas graduações, dissertações dos mestrados e as teses frutos do doutorado:

Gráfico 3 – Tipo de publicação das produções sobre sala de leitura



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

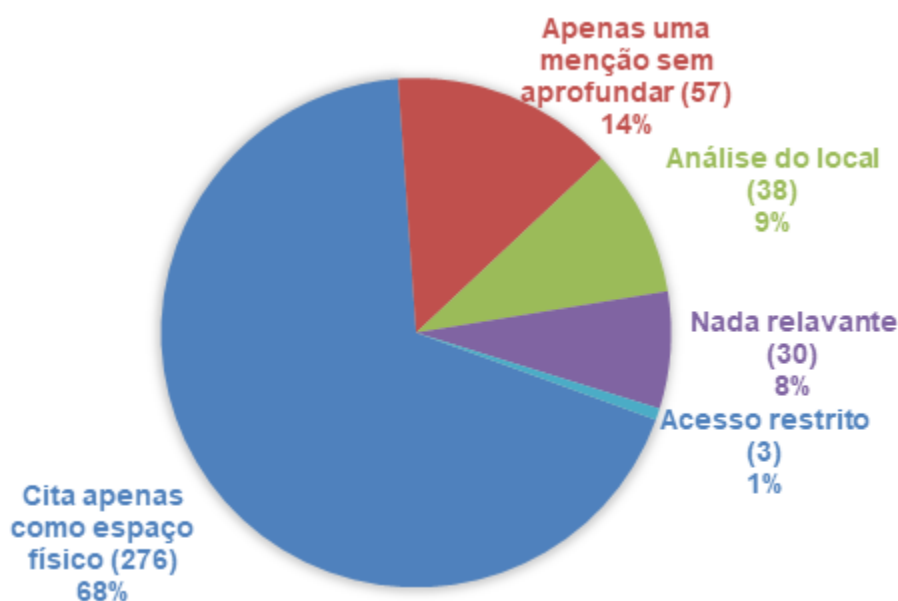
Observa-se que a maior parte das produções (48%) são de trabalhos de conclusão de curso, seguidos de dissertações (42%). Além disso, é perceptível que produções vinculadas ao doutorado se apresentam em menor grau (10%). Algo esperado visando a dificuldade e afunilamento dos trabalhos acadêmicos ao longo de uma formação acadêmica continuada, já que teses e dissertações prezam por pesquisas mais exaustivas e inéditas.

Após a identificação dos aspectos ligados à universidade vinculada, ano de produção e tipos de produção, foi verificado como a sala de leitura é tratada. Para tal, tomou-se como base cinco critérios:

- a. Análise do local: trabalhos cuja proposta central é a de analisar o espaço de leitura e suas atividades;
- b. Espaço físico: trabalhos cujo espaço de leitura é mencionado apenas como uma dimensão da estrutura física da instituição estudada;
- c. Menção sem aprofundamento: quando de fato o termo é mencionado e contextualizado, porém sem aprofundar o debate sobre sua essência e destinações;
- d. Nada relevante: destinado a trabalhos que sequer tiveram a palavra citada no texto, os quais foram erroneamente recuperados pelos repositórios;
- e. Acesso restrito: Trabalhos que possuem restrição ao seu acesso, sendo necessária uma requisição.

Antes de apresentar os resultados da análise, destaca-se que em três produções recuperadas (1%), não foi possível a análise devido às restrições de acesso criadas pelo repositório, sendo assim a análise das categorias resultam da seguinte forma:

Gráfico 4 – Como a Sala de Leitura é tratada



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

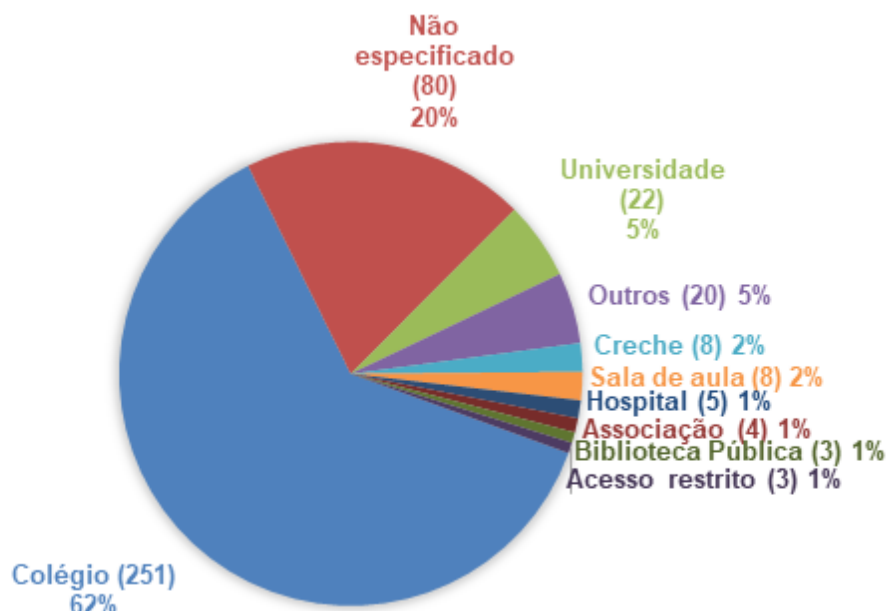
Observa-se que a maior parte (68%) apenas citam a sala de leitura como espaço físico nas produções, tal aspecto é tratado como uma dimensão e anexo das instituições das quais os trabalhos se direcionam, sendo possível identificar a ausência de um foco dos trabalhos acadêmicos para este equipamento cultural em específico. Um caso interessante que pode descrever a situação é a monografia de Gomes (2018), que denuncia a situação da creche municipal de Campina Grande, a qual de fato possui uma sala de leitura, mas o motivo se deve à desativação da sala de informática por falta de suporte técnico, evidenciando a falta de prioridades do espaço.

Ainda na categoria de estrutura física, é possível observar algumas salas de leitura que deram origem a outros espaços, a exemplo de Lima (2013) ao destacar que com a implantação da faculdade, em seu estudo, a sala de leitura deixou a sua condição de sala de leitura e tornou-se de fato biblioteca, onde passou a atender tanto os alunos e professores do curso técnico como também os da graduação.

Santos (2016) também destaca que a atual Biblioteca Provincial do Amazonas, que surgiu em 25 de março de 1883, era na verdade uma sala de leitura existente no prédio desde 1870 e que foi convertida posteriormente em biblioteca.

Falando da importância da sala de leitura como estrutura física, Marinho (2018) ressalta que o fator ergométrico é fundamental para que o usuário consiga utilizar o espaço da sala de leitura com eficiência, uma vez que a qualidade de vida e bem estar dos usuários implica consequentemente na sua permanência do espaço.

Através da análise de como as produções abordam a sala de leitura, é necessário identificar a localidade da mesma, ou o âmbito institucional do qual o estudo focou. Para esta categoria, todo local ou âmbito do estudo foi sendo categorizado, além dos itens não especificados e aqueles com acesso restrito ao documento, além da categoria “outros” para os locais que aparecem com frequência igual e/ou menor a 2:

Gráfico 5 – Localidade da Sala de Leitura

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

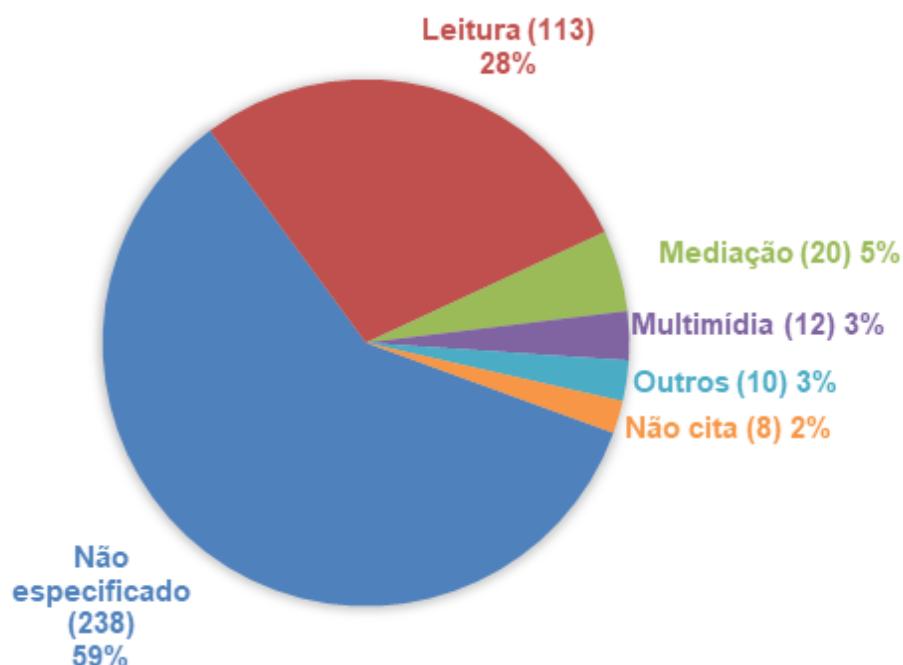
A partir do gráfico é possível constatar que instituições escolares se mantêm predominantes como foco de estudo e localização das salas de leitura (62%), seguido das universidades (5%). Porém é necessário observar a presença de uma outra categoria “sala de aula” que se fez necessária para evidenciar de forma mais clara a situação denunciada por Santos (2013a), Melo (2018) e Oliveira (2019), que apresentam situações de instituições sem um espaço físico para a criação de uma sala de leitura, com isso, tal ausência faz com que as salas de aula sejam utilizadas como um espaço reservado para tais atividades.

Além disso, para a categoria “outros”, foi possível constatar a presença de salas de leitura em residência universitária, unidade educacional, museu, centro social, centro educativo, centro de pesquisa, carro literário, fábrica, Tribunal da Justiça, CREI, presídio, arquivo, complexo cultural e aldeia. A exemplo deste último, Andrade (2015) destaca as atividades de contação de histórias por uma equipe pedagógica, evidenciando a necessidade de se ampliar a construção de salas de leitura para públicos mais vulneráveis, mas a autora ressalta que a desorganização do acesso à informação é consequência da ausência de uma figura bibliotecária.

Através da análise de como as produções abordam a sala de leitura, é necessário analisar qual a finalidade do uso da sala. Para tal, foram consideradas as atividades que aparecem com mais frequência e aquelas que aparecem apenas uma

e/ou duas vezes foram classificados na categoria “outros”. Além disso, muitas produções não apresentam de forma explícita qual o uso da sala de leitura, uma vez que os trabalhos fazem apenas menções e listagem das dependências do local estudado, sem de fato retratar a sala de leitura de forma empírica, e foram categorizados em “não especificado”:

Gráfico 6 – Finalidades da Sala de Leitura



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

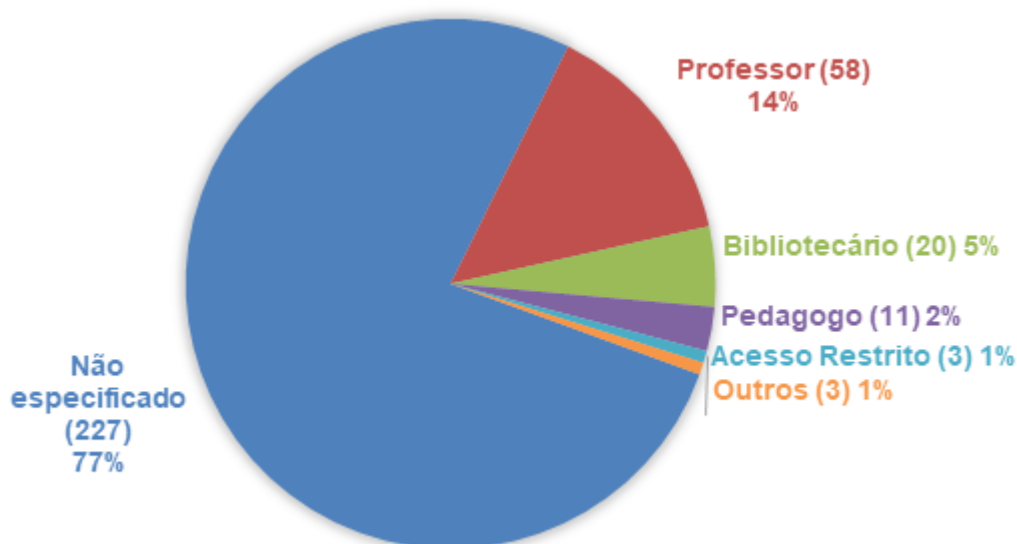
Apesar da maior parte dos resultados apontarem para “uso não especificado” em decorrência de uma falta de enfoque sobre as salas de leituras e suas atividades, observa-se que a “Leitura” é a finalidade essencial das salas citadas nos trabalhos, (28%), seguido do uso de mediação da informação (5%) e multimídia (3%). Foi reunido na categoria “Outros” (2%) as finalidades de: roda de leitura, oficina, música, empréstimo, cordel, atendimento, pesquisa e brincadeira.

O resultado não só se conecta com alegações no trabalho de Oriente (2013) em relação à leitura, mas também com Almeida Júnior (2019), Bicheri (2008) e Bortolin (2010) sobre a mediação. Destaca-se aqui o uso da mediação da informação descrito por Menezes (2014), que em sua pesquisa na biblioteca escolar do Colégio Armindo Guaraná, na cidade de São Cristóvão/SE, apresenta o professor como peça chave da mediação de leitura escolar, por ser ele o maior incentivador do

hábito de leitura para os seus alunos. No entanto, o especialista ideal para desenvolver o trabalho profissional deste ambiente junto com os professores é o bibliotecário.

Para que a sala de leitura funcione é necessário a presença de profissionais que desempenhem o papel de mediadores da informação aos usuários. Sendo assim, identificou-se quem atua na sala de leitura, sendo considerado “outros”, aqueles que aparecem apenas uma e/ou duas vezes:

Gráfico 7 – Profissionais que atuam na Sala de Leitura



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dos profissionais identificados como encarregados das salas de leitura, destacam-se os professores (14%), os bibliotecários (5%) e pedagogos (2%), enquanto a categorias “Outros” manteve-se destinada a psicólogos ou bolsistas.

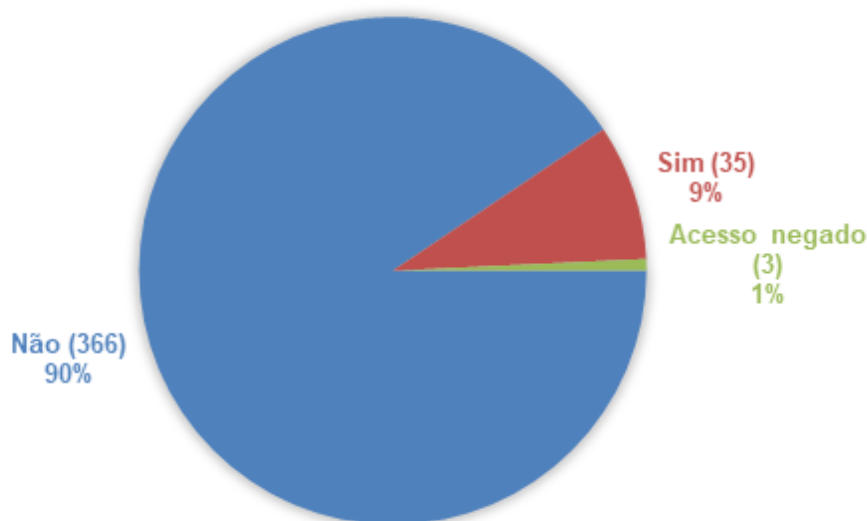
Quanto aos profissionais que atuam nas salas de leitura identificadas, 77% não são identificados de forma direta, mas 14% dos trabalhos mostram a predominância do professor com o encargo e responsabilidade das salas de leitura, uma situação que refletiu a alegação de Borges (2013) ao perceber a presença de educadores durante o processo de implementação das primeiras salas de leitura no Rio de Janeiro na década de 1970, apontando a criação do cargo Professor Orientador de Sala de Leitura como uma das manobras na Lei Lei nº 4.084/1962, a qual visou regulamentar a presença do profissional bibliotecário, mas com a alteração na

nomenclatura, possíveis bibliotecas são denominadas como salas de leitura para seja possível a contratação de um professor para ser o responsável pelo espaço.

Quanto ao profissional bibliotecário possuindo apenas 5% de presença nos estudos, com espaços denominados salas de leitura, expõe-se o resultado da arbitrariedade ressaltada ao substituir bibliotecários por professores, muitas vezes realocados.

É perceptível no gráfico anterior como a figura do bibliotecário se faz presente na atuação da sala de leitura. Pensando nisso, buscou-se investigar se o bibliotecário é citado nas produções, seja de forma atuante na sala de leitura, na biblioteca ou apenas presente no referencial teórico:

Gráfico 8 – Presença do bibliotecário nas produções



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Traçada a presença dos bibliotecários nos trabalhos recuperados, constata-se que a maioria (90%) não faz menção do profissional da informação. Já a menor quantidade de 9%, ao ser analisada, evidenciou trabalhos como Alcântara (2014), Silva (2010) e Pequeno (2012), que por sua vez apenas citam os bibliotecários e auxiliares como parte da grade de colaboradores, sem nenhum aprofundamento de sua missão e competências.

Em contraponto, o trabalho de Soares (2013) reforça a importância da presença do bibliotecário; todos os professores entrevistados de uma determinada

escola no município de Limoeiro/PB responderam que a escola necessita de bibliotecários capacitados que possam ajudar os professores com novas estratégias de ensino acompanhados de um melhor acervo de livros; considerando como os conhecimentos organizacionais do bibliotecário são necessários para evitar um espaço caótico. Para uma biblioteca possa atender o público e desenvolver seu hábito de leitura, é imprescindível a presença dos bibliotecários, livros e usuários como componentes básicos.

Já no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, o profissional bibliotecário é citado em instituições mais variadas do que em comparação à área de Ciências Humanas; como hospitais, universidades e centros de detenções.

Analisando os trabalhos recuperados nesta área da informação, foi perceptível que não só houve um aumento da presença do bibliotecário em suas produções, principalmente se tratando do ensino superior como universidades e faculdades, mas como também uma maior especificação do assunto que se concerne ao profissional da informação, como é exemplar nos trabalhos de Mesquita (2011) e Silva (2012), onde os autores utilizam a salas de leituras presentes nas instituições como objeto de pesquisa na realização de estudo de usuários que se refere a “[...] investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação” (FIGUEIREDO, 1994, p. 7)” dos espaços de leitura presentes em seus respectivos locais de estudo.

Então, se tratando das salas de leitura, ambos dos trabalhos apresentam a importância da presença do profissional bibliotecário nesses espaços, como Silva (2012) que compartilha os resultados de sua pesquisa entre 100 frequentadores da biblioteca e sala de leitura do Hospital Universitário Lauro Wanderley, 77% afirmam que consultam o profissional bibliotecário para o auxílio nas suas buscas informacionais, da resposta contrária a maioria, a autora observa que não acionam o bibliotecário pelo receio do mal atendimento ou até mesmo por desconhecer a função do profissional em auxiliá-los em suas pesquisas.

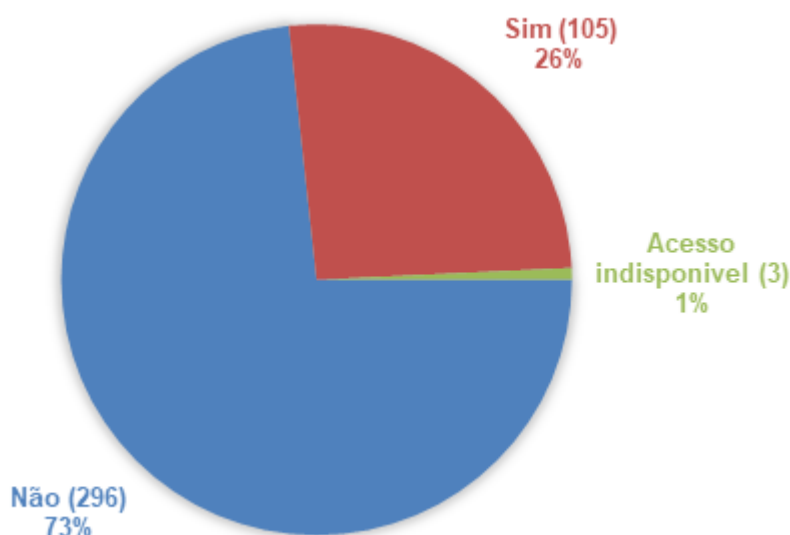
Há também trabalhos como os de Santos (2013b), Souza (2014) e Silva (2014) trabalham com o aspecto das fontes de informações e desenvolvimento de coleções e o acervo das bibliotecas que possuem salas de leitura, nas instituições analisadas em suas pesquisas.

É necessário destacar o trabalho de Belisário (2014) acerca do uso dos cordéis nas bibliotecas escolares ou salas de leitura das escolas públicas em João

Pessoa/Paraíba. A autora destaca que em uma das escolas, as atividades com o cordel foram desenvolvidas na sala de aula, uma vez que a sala de leitura ficou constantemente fechada e pela ausência de um bibliotecário. Curiosamente, a autora destaca que existe uma pessoa formada em Biblioteconomia na escola e que não exerce função de bibliotecário, mas de professor. Tal situação é um alerta para que o profissional bibliotecário se adeque corretamente a sua função profissional.

Se a ausência da figura do bibliotecário é algo recorrente nos trabalhos recuperados, pode ser reflexo de muitos ambientes, como as escolas, serem adeptas às salas de leitura, ao invés de uma biblioteca com seu devido profissional. É pensando nisto que foi investigado se os autores diferenciam sala de leitura de biblioteca:

Gráfico 9 – Diferenciação entre Sala de Leitura e Biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Através do gráfico acima, é possível constatar uma pequena parcela de trabalhos que fazem a diferenciação entre sala de leitura e biblioteca (26%). Tal problemática acontece em todo o país, como é apontado por Brito (2017), o qual afirma que muitas estruturas escolares, em especial as públicas, ao não possuírem uma biblioteca, criam salas de leitura, demarcando aí a confusão entre salas de leitura e bibliotecas. Brito (2017, p. 18) destaca que:

O que se pode encontrar geralmente são acervos desorganizados, sem uma estrutura para facilitar a pesquisa dos alunos e até mesmo dos professores, espaços físicos inadequados, falta de manutenção do acervo bem como de toda estrutura física incluindo também todo mobiliário, ausências de tecnologia e etc.

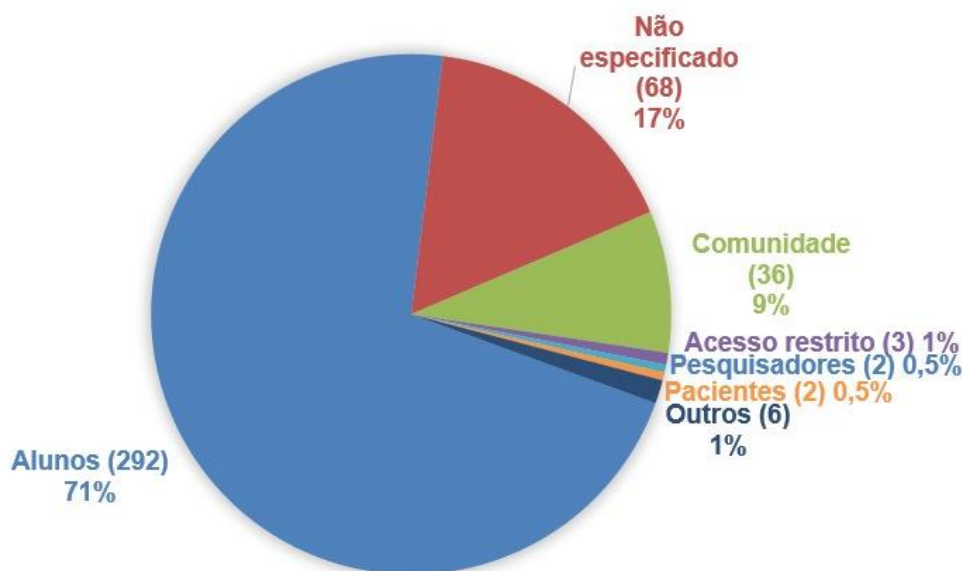
Brito (2017) também foi muito relevante ao realizar pesquisa com gestores de sete bibliotecas escolares municipais na cidade de João Pessoa/PB, quatro deles não souberam responder sequer a diferença entre sala de leitura e biblioteca.

A confusão do uso correto para sala de leitura e biblioteca também é evidenciada no trabalho de Silva (2015), ao apontar que o colégio estudado possui apenas sala de leitura, mas no decorrer do texto ela nomeia a sala de leitura de biblioteca. Apesar disso, em seu referencial teórico a autora reconhece que em muitos locais não existe biblioteca, optando-se por sala de leitura e destaca a necessidade de professores e bibliotecários atuarem no espaço, uma vez que “[...] este espaço para leituras assumirá o papel de incentivar leituras variadas vislumbrando a formação de futuros leitores” (SILVA, 2015, p. 20).

A opção de muitas escolas em abrir uma sala de leitura, no intuito de substituir a biblioteca é uma realidade que muitos gestores acabam adotando. Costa (2018) destaca que a construção de uma sala de leitura pode ser fruto da verba que uma escola tinha na época, que não possibilitou a edificação de um espaço mais apropriado como uma biblioteca:

Nós não conseguimos fazer da forma que pretendíamos, no tempo as escolas não tinham, só tinham uma sala que servia às vezes de sala de professores e sala de leitura tudo junto, mas nós conseguimos desmembrar, deixar a sala funcionando só pra [sic] sala de leitura (COSTA, 2018, p. 99)

Além da estrutura na qual a sala de leitura se situa, é necessário detectar quem são os usuários que frequentam o referido espaço. Para tal, foram considerados os espaços apresentados de forma explícita pelos autores, os não especificados, os locais cujos documentos são restritos e a categoria “outros” para resultados com frequência de um e/ou dois.

Gráfico 10 – Público da Sala de Leitura

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

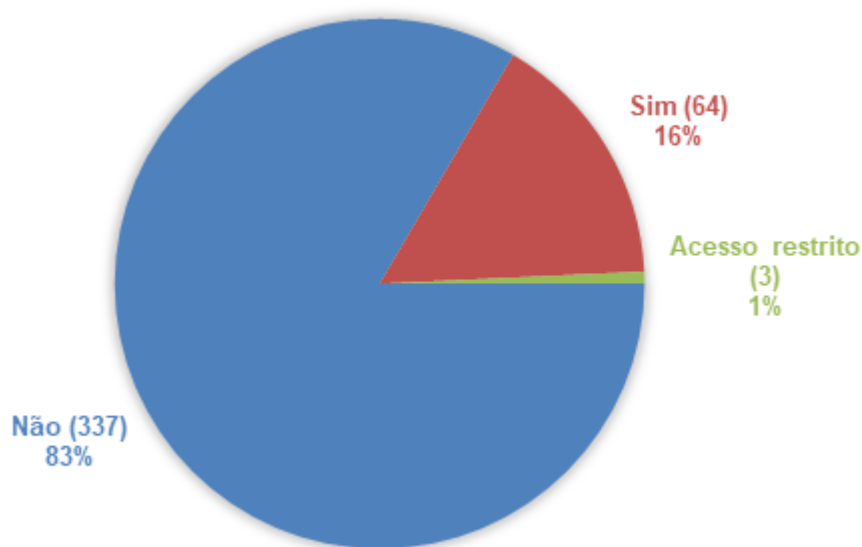
Através do gráfico acima foi possível constatar que a maior parte do público é constituído por alunos (71%), seguido da comunidade (9%). Para a categoria “outros” (1%), foi possível constatar pesquisadores, pacientes, turistas, jovens infratores, internos e condenados.

É necessário destacar que alguns autores relatam sua preocupação da relação entre o usuário e a sala de leitura. A exemplo de Barros (2016) que atribui a evasão dos alunos na biblioteca escolar e da sala da leitura em decorrência da tecnologia e o uso do celular não despertar o interesse dos jovens pela leitura. Já Cerejeira (2020) identificou que mesmo com a presença de livros em Braille, os próprios alunos com deficiência visual não possuíam domínio da linguagem ou não se interessavam pela leitura neste formato, sendo que o profissional responsável pelo setor era um professor.

Os relatos de Barros (2016) e Cerejeira (2020) apontam a necessidade de um corpo funcional na biblioteca e de projetos de leitura que alinhem o bibliotecário com o corpo pedagógico. Além disso, é fundamental que o bibliotecário elabore estratégias para atrair seu usuário, através da detecção de barreiras que o impeça de frequentar o seu espaço de trabalho, seja por motivos tecnológicos ou de acessibilidade.

Foi possível identificar se o público da sala de leitura se insere no âmbito da vulnerabilidade, um dos objetivos a serem relacionados nesta pesquisa. É possível constatar que a maioria dos trabalhos não citam a vulnerabilidade social como ponto importante.

Gráfico 11 – Relação com a vulnerabilidade



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Apesar do grande número de trabalhos não abordarem de forma tão explícita e direta a vulnerabilidade social (83%), com um enfoque que se considera necessário nesta pesquisa, ainda é compreendido ao longo da análise de várias produções, nas quais os autores trabalham de forma implícita ou até mais específica a temática, tendo em vista a necessidade geral dos trabalhos acadêmicos na abordagem e exploração de problemas em fenômenos ou situações sociais específicas.

Então, é notório a presença de trabalhos que abarcam a vulnerabilidade em salas de leitura ao pensar na necessidade desses espaços em grupos de indivíduos mais carentes, como em aldeias indígenas no trabalho de Andrade (2015), pacientes de hospital analisados por Naziazene (2019) ou internos na obra de Serra (2015).

A exemplo do trabalho de Naziazene (2019) foi criado um projeto pensando nos familiares que apresentam insuficiência renal crônica, necessitando que do acompanhante pelo menos quatro horas na dependência do hospital, sendo necessário criar um espaço acolhedor para socialização e troca de vínculos entre os familiares. A autora apresenta como solução a criação de um espaço que funcionava como oficina e sala de leitura, onde eram desenvolvidas atividades de hora de leitura, oficina de artesanato, debates com profissionais, sessão de cinemas e jogos, como consta no calendário abaixo:

Figura 3 – Cronograma das oficinas

TURNOS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
1º Turno	Oficina de Artesanato em Feltro.	Oficina de Leitura.	Roda de Conversa com a Nutricionista	Roda de Conversa com o Serviço Social.	Sessão de Cinema
2º Turno	Oficina de Bonecas de Pano	Oficina de Bonecas de Pano	Roda de Conversa com a Psicóloga	Momento de Oração.	Jogos Diversos (baralho, dama, dominó)
3º Turno	Oficina de Leitura	Oficina de Artesanato de feltro	Roda de Conversa com o Serviço Social	Roda de Conversa com a Psicóloga	Sessão de Cinema

Fonte: Naziazene (2019, p. 21).

A autora destaca que a realização das leituras tinha como foco temas que gerassem reflexão e debate entre os familiares e que servissem “como uma estratégia educativa de conscientização, inspiradas na estratégia de Freire que inspirou seu método de alfabetização” (NAZIAZENE, 2019, p. 28). Apesar da importância que o ambiente proporcionava, a autora destaca que a estrutura física disponibilizada era insuficiente, apertada e por muitas vezes a chuva atrapalhava o andamento das atividades, o que impactava no conforto ergométrico para a permanência dos usuários, como destacado no estudo de Marinho (2018).

A exemplo do trabalho de Seabra (2012), a autora apresenta um relato de vivências de bibliotecárias. Uma delas, Eveline Filgueiras Gonçalves, relata a

importância da construção de uma sala de leitura, durante seu estágio, em Villa Nova e como ela poderia atrair o seu público, as pessoas que trabalhavam na fábrica. Com baixo orçamento, doando seu acervo pessoal para a sala de leitura, a bibliotecária relata os desafios para atrair seus usuários:

De vez em quando um abria a porta enfiava a cara e eu dizia: Entre! (risos) e então pessoal começou a entrar e antes eu lembro que fiz um levantamento do número de pessoas aquele estudo de usuário quantos eram sexo, escolaridade, tinha muita gente analfabeto, muita gente de religião, a grande maioria eram cristões, providenciei a bíblia, tinha muitos homens e nós tínhamos um jornal que ficava fixado em um suporte para o pessoal dá uma lida perto do refeitório eu confisquei do jornal o caderno de esportes, homem gostava de esporte, pensei vou deixar na sala de leitura que eles vão para lá para ver jornal. E então o pessoal vinha atrás de jornal, eu dizia está aqui gente pode entrar. Havia um sofá. O diretor disse um sofá? Sala de leitura é para ler, eles vão dormir! Respondi, e onde é proibido dormir? (GONÇALVES, 2012 *apud* SEABRA, 2012, p. 39).

Ao colocar um sofá, a bibliotecária tornou a sala de leitura como um espaço de descanso e aconchegante para os trabalhadores que precisavam descansar a mente depois de um longo dia de trabalho, afirmando que não existe proibição para dormir no local. Conseguindo atrair os trabalhadores, a bibliotecária fez questão de instruí-los com o uso dos computadores, uma vez que eles tinham poucas habilidades, necessitando desenvolvê-las:

Em sala de leitura não existe proibição e daí o pessoal era uma disputa pelo sofá, trabalhava muita gente o dia inteiro em pé e a Bíblia como a maioria era protestante queriam pegar para dar uma lida e foi assim que começou. Foi uma experiência muito interessante. Eu tinha um computador, mas a maioria não sabia nada. No começo, disse minha gente vamos criar um e-mail! O que é um e-mail? Eu ia explicar o que era um e-mail, quando um ou outro fazia e-mail eu já anotava que eu pensava tenho que mandar e-mail para ele, se ele não receber nada vai ficar triste, era para ele ficar empolgado para retornar. (GONÇALVES, 2012 *apud* SEABRA, 2012, p. 39-40).

Com o passar dos dias, a bibliotecária relata a presença dos trabalhadores pedindo ajuda de problemas do dia-a-dia a serem resolvidos pela internet, leituras de autoajuda, apresentando artistas musicais e contatos por *e-mail* com outras pessoas. Tal trabalho evidencia o papel transformador que um bibliotecário pode realizar em uma sala de leitura, principalmente se ela fica localizada em um ambiente com pessoas vulneráveis e que necessitam despertar habilidades e conhecimentos na área educacional, social, tecnológica, dentre outras.

Se por um lado a presença de um profissional qualificado faz toda diferença em uma comunidade vulnerável, a ausência também reflete nas atividades que uma sala de leitura pode proporcionar, até mesmo a inexistência de seu espaço. A exemplo do trabalho de Silva (2017), a autora destaca que na zona rural, onde os alunos já possuem uma maior carência financeira e tecnológica, a ausência de bibliotecas e salas de leitura impacta negativamente no gosto pela leitura e é reforçada quando não há uma prática pedagógica na escola.

Se tratando de grupos específicos na situação estudada, há exemplos mais relacionados ao grande enfoque de trabalhos em ambiente escolar, categoria da qual a análise apontou que 61% de todas as produções dos repositórios retratam esse ambiente. Nele surge com frequência a temática da inclusão e o debate sobre o *bullying*, enfocando características de alunos mais vulneráveis ao ambiente e suas condições específicas, como autismo, deficiências motoras ou sensoriais, ou seja, há uma certa abordagem da temática ao descrever todas as dificuldades e empecilhos sociais dos sujeitos que portam tais vulnerabilidades. Como a tese de Costa (2015) ao discutir a relação da educação inclusiva na atualidade, realizando uma revisão profunda sobre os aspectos históricos que levam à exclusão da população portadora de alguma limitação motora ou sensorial dos espaços educacionais.

Ainda sobre o ambiente escolar, há também situações que abrangem os alunos de forma geral, como por exemplo a ausência de merenda citada por Faria (2017), apontando a vulnerabilidade social e a ausência de uma alimentação variada para os alunos, e também vários trabalhos que falam sobre precariedade dos espaços, que resultam em situações especificadas sobre o remanejamento das salas de leituras citada anteriormente.

Há também estudos que enriquecem a complexidade da vulnerabilidade social citada na primeira parte da pesquisa por Carmo e Guizardi (2018); a qual nem sempre está estritamente condicionada à ausência ou à precariedade no acesso à renda. É o caso de Santos (2013c), que ampliou o conceito de vulnerabilidade, ao exemplificar um caso da situação vulnerável que resulta de um ambiente conturbado de violência, prejudicando o temperamento e a capacidade intelectual da criança. Tal estudo se conecta à vulnerabilidade juvenil exemplificada por Cançado, Souza e Cardoso (2014), faixa etária exposta a riscos por terceiros, sujeita a maior vulnerabilidade ao possuir uma condição econômica desfavorável.

Um ambiente violento é capaz de interferir no temperamento e a capacidade intelectual dos jovens. A suscetibilidade de grupos ou indivíduos serem afetados por situações externas é expressivo a ponto de causar a ocorrência da evasão escolar, o que é exposto por Melo (2018), quando relaciona uma realidade violenta e racismo presente na vida de alunos negros no Brasil, elucidando que tais situações são tão prejudiciais a ponto de causar um índice maior de evasão nas escolas em comparação a alunos brancos. A autora discute como o aprendizado do aluno é desestimulado pela dificuldade das escolas em lidar com a diversidade, expondo como o índice de evasão desse público se explica pelo sistema educativo que não contempla a cultura e a identidade afro brasileira.

A autora levanta um dado preocupante como é mostrado na pesquisa de Gonçalves (2014) também citada pela autora:

Apontam que mais de um milhão de crianças e adolescentes, entre 06 e 14 anos, encontram-se trabalhando no Brasil, dessas 34,60% são brancas e 64,78% negras. Nesse período de vida, o trabalho infantil é uma das principais causas do abandono escolar. As meninas negras ainda hoje são conduzidas a repetir um padrão que tem base no sistema escravocrata do passado. Cedo, começam a trabalhar como faxineiras nas casas de terceiros. De acordo com dados de 2013, divulgados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 93% das crianças e dos adolescentes envolvidos em trabalho doméstico no Brasil são meninas negras. (GONÇALVES, 2014, p.1).

Tais dados remetem às palavras de Cançado, Souza e Cardoso (2014) quando recordam como as condições socioeconômicas de algum grupo social são geradas por uma série de precariedades e vulnerabilidades identificadas na trajetória de suas vidas, reforçando como um conjunto de fatores pode ser responsável por prejudicar até o contexto trabalhista da população vulnerável. Com isso torna-se preocupante que tais situações sejam tão prejudiciais na fase escolar, tendo em vista a importância do ensino fundamental e médio na formação de cidadãos.

Focando agora em relação à vulnerabilidade no ensino superior, aponta-se nesta pesquisa a importância de uma ação afirmativa de extrema relevância, que é a implementação da Lei 12.711/2012 no território brasileiro, denominada como a lei de cotas, a qual define que instituições de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação e Instituições Federais devam reservar 50% de suas vagas para cotas, desde que relacionadas a critérios como origem em escola pública, renda e o critério étnico racial. Tal ação visa diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais, oportuniza o egresso da população, incluída nos índices de

vulnerabilidade nas universidades federais, das quais conseqüentemente são os mais prejudicados pelo ambiente social do qual estão inseridos. Além disso há a existência de bolsas assistenciais fornecidas pelas instituições para os alunos já matriculados. A pesquisa de Lima (2019) aponta a existência da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento, para exemplificar a ampla definição da vulnerabilidade social alegada por Carmo e Guizardi (2018).

Assim, a pesquisa encontra abordagens distintas em relação à vulnerabilidade social, as quais corroboram com as alegações de Mendes (2015) em que a vulnerabilidade deve ser associada a conjuntos de aspectos no quais características individuais e atributos coletivos e contextuais são relevantes para que tal condição seja atingida.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que utilizam o estado da arte possuem o caráter bibliográfico, “ou estado de conhecimento”, e têm como objetivo mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, assim podendo responder quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados em determinados lugares e épocas e em qual forma e condições foram produzidas certas publicações acadêmicas.

Em relação ao objetivo de selecionar e analisar as principais produções acerca das salas de leitura nos repositórios das universidades federais do nordeste brasileiro, produzidas entre 2010 a 2020, foi possível identificar pouca abordagem satisfatória envolvendo as salas de leitura, apesar de ter uma grande recuperação em termos quantitativos, a qualidade na abordagem foi baixa, já que elas estão atribuídas pela maioria dos autores como dimensão e estrutura física de uma instituição, sendo apenas meros anexos sem nenhum desenvolvimento e descrição, não dando nenhuma descrição precisa que diferencie esse equipamento cultural das bibliotecas, ganhando apenas menções sem nenhum aprofundamento necessário. Quando retratadas sem aprofundamento, as definições atribuídas a esses espaços são para leitura e atividades, consideradas importantes na composição da escola.

Quanto à forma que a vulnerabilidade social é inserida nos respectivos trabalhos acadêmicos, o questionamento é respondido pela notoriedade dos aspectos sobre a temática em diversos trabalhos envolvendo indícios de vulnerabilidades identificados pelo IPEA, tais como comunidades isoladas, vínculos afetivos frágeis, questões de saúde, vários exemplos de susceptibilidade de ambientes externos em seu cotidiano e em suas missões.

Acredita-se que, sob uma ótica mais holística, em essência, todo trabalho envolve a vulnerabilidade social, devido à natureza dos trabalhos acadêmicos em estudar problemáticas ou fragilidades sociais, especialmente no que se refere às ciências humanas e sociais aplicadas, voltadas ao estudo humano.

Além disso, observa-se a presença de trabalhos em comunidades vulneráveis como indígenas, detentos ou grupos de baixa renda, os quais necessitam maior atenção para a realização de atividades educacionais e, preferencialmente, um profissional adequado com um corpo funcional apropriado, como bibliotecários,

pedagogos e professores, uma vez que nos trabalhos recuperados, a presença do bibliotecário é pouco notória para o desenvolvimento de atividades relativas à Biblioteconomia social.

Sendo assim, ao aplicar o estado da arte em repositórios que refletem a produção acadêmica de suas universidades, permite-se que graduandos, docentes e gestores tenham acesso a um conhecimento aprofundado e atualizado do panorama das produções da instituição daquele determinado tema, e em seu campo de conhecimento, possibilitando o conhecimento daqui já produzido, permitindo uma busca pela produção desconhecida e inédita e dedicação de pesquisas com abordagens plurais. Em tal aspecto, o problema de pesquisa foi devidamente respondido.

Por fim, espera-se que a produção deste trabalho reflita sobre o fazer de pesquisadores e profissionais das áreas da Educação e da Biblioteconomia, percebendo as diferenças entre a sala de leitura e a biblioteca e de como a presença de uma sala de leitura não deve dispensar o espaço da biblioteca e do bibliotecário. Não é defendido aqui o uso e o fortalecimento das salas de leitura em detrimento das bibliotecas, mas já que elas existem e estão tão arraigadas nas instituições educacionais, cabe aos profissionais um estudo mais detalhado deste objeto, até mesmo para reivindicar pela causa das bibliotecas escolares. Necessários são outros estudos em outras regiões do país, principalmente um estado da arte da produção nacional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. G. **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32296&Itemid=433. Acesso em: 20 nov. 2020.

ALCÂNTARA, R. F. **A música no cotidiano da educação infantil**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4141>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_9aa58ba510_0007871.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015, p.9-32.

ANDRADE, B. A. **Terras em que plantei**: memórias de uma prática bibliotecária. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Graduação Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2098>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BELISARIO, D. S. S. **Impacto do projeto “cordel no espaço escolar” nas bibliotecas escolares de João Pessoa-PB**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –Universidade Federal da Paraíba., João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14588>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BICHERI, A. L. A. O. **A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação**. 2008. 197 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93713>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BORGES, L. C. **Ambientes de incentivo e promoção da leitura**: um estudo de caso em escolas do ensino fundamental do rio de janeiro. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio

de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/1067>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BORTOLIN, S. **Mediação oral da literatura: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando**. 2010. (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BRASIL. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v24n2/v24n2a13.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.084, de 30 junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 7149, 2 jul. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Lei 12.244, de 24 de Maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 3, 25 maio 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. LEI Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p.1, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 18 nov. de 2011.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

CANÇADO, T. C. L.; SOUZA, R. S.; CARDOSO, C. B. S. Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. *In*: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 19. 2014, São Pedro/SP. **Anais** [...], São Pedro: ABEP, p. 1-21, 2014.

CARMO, M. E. ; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p.2-14, 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000303001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 nov. 2020.

CEREJEIRA, T. L. T. **Poéticas da voz e deficiência visual**: o diálogo entre peça sonora, contação de histórias e audiodescrição na escola. 2020. 278f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em:<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29456>. Acesso em: 25 jun. 2021.

CHINZZOTTO, A. **Pesquisa em ciência humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COLARES, L. B.; LINDEMANN, C. R. Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 205-215, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16243>. Acesso em: 12 jan. 2021.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo?. **Médiations&Médiateurs**, Paris, v. 19, p. 4-37. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2100>. Acesso em: 20 jan. 2021.

DUARTE, Y. M. A sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em busca da biblioteconomia social. *In*: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. **Bibliotecário do século XXI**: pensando o seu papel na contemporaneidade. Brasília: Ipea, 2018. p. 67-82. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180406_bibliotecario_do_sec_XXI.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

FAGGIOLANI.C.; GIOVANNI.S. Biblioteche moltiplicatrici di welfare. **BibliotecheOggi**, Itália, v. 31, n 3, p. 15-19, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecheoggi.it/rivista/article/view/236>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FARIA, A. A. C. **Merenda escolar, uma estratégia de apoio ao desenvolvimento local**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3814?locale=pt_BR. Acesso em: 25 jun. 2021.

FERNANDES, R. G. S. A. **O estímulo à leitura em bibliotecas prisionais por meio do desenvolvimento de dinâmicas culturais**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

FIALHO, J. F.; NUNES, M. S. C.; CARVALHO, T. A mediação da informação nos grupos de pesquisa e no GT3 dos ENANCIB: espaços de comunicação científica em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 252-276, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/66952/40828>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FIGUEIREDO, N. M. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: ABDF, 1994.

FIRMINO, Estevão Marcos Armada. **Sala de leitura na rede municipal de São Paulo: reflexões sobre eventos e práticas de letramento com uma turma de 4º ano**. 2015. Dissertação (Mestrado em educação) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

FONSECA, R.C. V. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jtP-KupagtcC&printsec=copyright&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 07 jul. 2020.

GEBE, Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais. **Biblioteca Escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para Bibliotecas Escolares**. Campinas: Autêntica, 2010. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/projetos/MIOLO.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, J. F. **Base Nacional Comum Curricular e educação infantil: análises e realidades**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4091>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 06 jul. 2021

IFLA/UNESCO. **Manifesto sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifestopt.pdf>. Acesso: 21 nov. 2020.

KREMER, J. M. **A formação dos bibliotecários nos Estados Unidos**. ExtraLibris, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA E. L. **Democratização do ensino superior: o que nos diz o caso de Santana de Mangueira – PB?**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19314?locale=pt_BR. Acesso em: 25 jun. 2021.

LIMA, W. R. **A Educação Profissional e a reintegração social dos presos: um estudo de caso no Centro de Internamento e Reeducação do Distrito Federal**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Goiano, Morrinhos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1328>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LINDEMANN, C. **A busca pela Biblioteconomia Social por meio da Ciência da Informação**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

LORENZO, C. Vulnerabilidade em Saúde Pública: implicações para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 299-312, 2006. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/view/7986>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MARINHO, C. S. **Conforto ergonômico do usuário/frequentedor da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13792>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MASSENSINI, R. L. Inclusão digital: sob a ótica da cidadania plena. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1-8, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7359>. Acesso em: 02 jan. 2021.

MELO, G. N. **Preconceito racial na escola: a perspectiva docente em uma escola municipal do ensino fundamental na cidade de Pedras de Fogo - PB**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade

Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13898>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MENEZES, E. **Biblioteca escolar do Colégio Estadual Armindo Guaraná: a influência da ativação experimental de seus recursos informacionais no cotidiano escolar e na formação de leitores.** 2014. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6814>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MESQUITA, L. S. O. **As representações sociais dos usuários da Biblioteca Setorial do CCEN sobre o profissional Bibliotecário.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2072>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MOSTAFA, S. P. **Epistemologia da Biblioteconomia.** 1985. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

BARROS, G. B. **A Percepção dos Alunos Sobre o Interesse Pela Leitura.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em
[:https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13606](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13606). Acesso em: 25 jun. 2021.

NAZIAZENE, L. E. **Uma pedagoga em formação na coordenação de atividades educativas voltadas para famílias de pacientes renais: contribuições para a educação do campo.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em
[:https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15106](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15106). Acesso em: 25 jun. 2021.

NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. O direito humano à água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p.1861-1870, jun. 2016. Disponível em:https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000601861&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 18 jan 2021.

NICHIATA, L. Y. I.; BERTOLOZZI, M. R.; TAKAHASHI, R. F.; FRACOLLI, L. A. A utilização do conceito “vulnerabilidade” pela enfermagem. **Revista Latino-Americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 5, p. 1-7, set./out. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n5/pt_20.pdf. Acesso em 18 jan. 2020.

NUNES, G. G.; SPUDEITH, D. A biblioteconomia social em foco: análise da função social das bibliotecas públicas de Florianópolis. *In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, 27. Fortaleza, 2017. **Anais [...]**, Fortaleza: FEBAB, 2017. p. 1-6. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/download/1675/1676>. Acesso em: 17 nov. 2020.

NUNES, J. V.; CAVALCANTE, L. E. Por uma epistême mediacional na ciência da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB*, 18., 2017, Marília, SP. **Anais [...]**. Marília: ANCIB/PPGCI/UNESP, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/59112>. Acesso em: 06 jul. 2021.

OLIVEIRA, J. S. **Gestão escolar na educação de jovens e adultos**: interfaces da relação evasão/permanência na Escola Municipal Fazenda Nova – Araruna/PB. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17975>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ORIENTE, A. P. **Diagnóstico da sala de leitura da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – Campus I**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14551>. Acesso em: 18 jan. 2021

PAIANO, G. S.; VITORINO, E. V.; ORELO, E. R. M; OLIVEIRA, A. C. P.; LUCCA, D. M. O tema "vulnerabilidade" na Scielo: contribuições para a construção conceitual de "vulnerabilidade em informação". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 81-101, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/817>. Acesso em: 12 dez. 2020.

PEQUENO, M. G. C. **Políticas de formação docente em educação ambiental no contexto da educação básica**: por uma pedagogia do cuidado. 2012. 481 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4732>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PINTO, S; GOUVEA, G. Mediação: significações, usos e contextos. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v.16, n. 2, p.53-70, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172014000200053. Acesso em: 30 dez. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RESENDE, C. C.; RIBEIRO, P. L. Breve ensaio sobre o conceito de vulnerabilidade social: exclusão social, trabalho, democracia e empoderamento. **Percurso Acadêmico**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 378-400, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/percursoacademico/issue/view/927>. Acesso em: 15 nov. 2020.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, E. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, 28, n.1, 2018.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/download/42323/45994>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTANA, L. C. **As salas de leitura em territórios vulneráveis: das diretrizes oficiais aos projetos de ensino**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS NETO, J. A. **O estado da arte da mediação da informação: uma análise histórica da constituição dos conceitos**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

SANTOS, A. P. C. **Formação e desenvolvimento de coleções do Gabinete de Leitura de Maruim : (1877-1900)**. 2013b. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) -Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013b. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6809>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SANTOS, B. A.; ARRUDA, M. A. J.; GUARALDO. A mediação a informação e da cultura: uma discussão contextual. *In*: SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; BORTOLIN, S. (Org.). **Perspectivas em mediação no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Abecin Editora, p. 16-41, 2020.

SANTOS, J. O. Relações entre fragilidade ambiental e vulnerabilidade social na susceptibilidade aos riscos. **Mercator- Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 14, n. 02, p.75-90, 20 jul. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012015000200075&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 dez 2020.

Santos, J. .H. Bari, V. A. Avaliação de bibliotecas escolares por meio de instrumentos de parametrização para aprimoramento de políticas públicas, Repositório - FEBAB, Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1244>. Acesso em: 04 jun. 2021

SANTOS, M. **Educação do campo uma política em construção**: desafios para Sergipe e para o Brasil. 2013a. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013a. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4886>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SANTOS, P. S. Biblioteca escolar e sala de leitura: um longo caminho para universalização. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 28-47, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/download/143688/149503/326248>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SANTOS, R. R.; DUARTE, R. R.; LIMA, I. F. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-53, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SANTOS, S.J.A. **Agressividade**: reflexo e consequências no ambiente escolar. 2013c. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013c. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3667>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SÃO PAULO, Decreto nº 10.541, de 29 de junho de 1973. Dispõe sobre Programa Escola Biblioteca. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, n. 122, 30 jun. 1973.

SÃO PAULO, Decreto nº 15.002, de 31 de março de 1978. Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, SP, n. 60, 1 abr. 1978.

SÃO PAULO, Decreto nº 18.576, de 3 de fevereiro de 1983. Institui as Salas de Leitura nas escolas municipais de 1º grau, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, SP, n. 024, 4 fev. 1983.

SÃO PAULO, Decreto nº 28.603, de 20 de março de 1990. Substitui o anexo único do Decreto nº 21.811, de 27 de dezembro de 1985. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, SP, ano 35, n. 53, 21 mar. 1990.

SÃO PAULO, Decreto nº 36.969, de 30 de julho de 1997. Cria Sala de Leitura nas Escolas Municipais de Educação Infantil, e da outras providencias. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, ano 42, n. 145, 31 jul. 1997.

SÃO PAULO, Portaria nº 2032, de 13 de julho de 1972. Programa Escola-Biblioteca. **Diário Oficial do município de São Paulo**, São Paulo/SP, 13 jul. 1972.

SÃO PAULO, Portaria nº 7.851. Regulamenta o Decreto n. 35.072, de 20/04/95, que dispõe sobre as Salas de Leitura nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e médio e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, SP, ano 32, n. 253, 31 dez. 1997.

SÃO PAULO, Portaria ° 9.517, de 30 de Dezembro de 1982. Baixa o regimento comum das escolas municipais de 1º grau. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, SP, ano 27, n. 246, 31 dez. 1982.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. Decreto n. 49.731, de 10/07/2008. Dispõe sobre a criação e a organização das Salas de Leitura, Espaços de Leitura e Núcleos de Leitura da Rede Municipal de Ensino. **Diário oficial da cidade de São Paulo**, São Paulo, n. 27, ano 54, p. 1-136, 11 jul. 2008. Disponível em: <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipId=1RK0JL7UB1C5NeE1QU3ID3C9BJ1>. Acesso em 02 dez. 2020.

SEABRA, A. B. G. **Bibliotecário: escolha de uma profissão**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14657/1/ABGS10062019.pdf>. Acesso em 03 jul. 2021.

SHERA, J. H. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SERRA, A. C. C. **Espaço de leitura como forma de socioeducação na Unidade Socioeducativa Senadora Maria do Carmo Alves de Aracaju**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6810>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, P. S. **A leitura literária em escolas rurais de Conde – PB: o olhar do professor**. 2017. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14608?locale=pt_BR. Acesso em: 05 jun. 2021.

SILVA, J. L. C. Perspectivas sociais em Biblioteconomia: percepções e aplicações. In: SPUDEIT, D.; MORAES, M. (org.). **Biblioteconomia Social: epistemologia transgressora para o século XXI**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p. 25-48.

SILVA, L. F. **Comportamento informacional dos usuários da biblioteca do Hospital Universitário Lauro Wanderley**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14582>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, M. L. G. **O uso da imagem na prática pedagógica das educadoras de jovens e adultos na rede de ensino do município de João Pessoa/PB**. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4937>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, P. I. **Depósito legal no SISTEMATOTECA da UFPB: mito ou realidade**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba., João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2218>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, A. D. **Interesse pela leitura através do olhar dos alunos da Escola Municipal Monsenhor João Coutinho da cidade de João Pessoa – PB**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2030> . Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVEIRA, F. J. N. O bibliotecário como agente histórico: do “humanista” ao “moderno profissional da informação”. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 83-94/ dez. 2008. Disponível em: periódicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/1873/2275. Acesso em 23 de jan. 2012.

SIQUEIRA, T. G. S.; LIMA, I. S. Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus-AM. **Revista ACB**, São José, v. 25, n. 3, p. 667-685, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1687>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SOARES, M. R. **A leitura na educação infantil e a formação de leitores no município de Limoeiro – PE**. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3414>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SOUZA, A. B. **Fontes de informações especializadas**: papel da biblioteca setorial na formação de competência informacional dos alunos de pós-graduação do CCJ. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2480>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SOUZA, A. Professora diz que sala de leitura não é biblioteca. **Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe**, Aracaju, 23 maio 2019. Disponível em: <https://al.se.leg.br/professora-diz-que-sala-de-leitura-nao-e-biblioteca/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SOUZA, C. S.; SPUDEIT, D. Empreendedorismo social na Biblioteconomia: Análise da atuação bibliotecária em ações com foco na Agenda 2030. Revista **Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp. FIEB, p. 3-22. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1231/1114>. Acesso em: 12 jan. 2021.

TANUS, G. F.; SILVA, D. C. Biblioteconomia social, crítica e progressista. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 3 n. 1, v. 3, v. 3 n. 1, n. 1, p. 1-28, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123997>. Acesso em: 18 jan. 2021.

TANUS, G. F.S. C. **Saberes científicos da biblioteconomia em diálogo com as ciências sociais e humanas**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2016.

TARAPANOFF, Kira. **Inteligência, Informação e Conhecimento**. Brasília: IBICT, UNESCO, 1985.

TARGINO, M. D. G. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, 1991. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/75418>. Acesso em: 12 dez. 2020.

TONETTO, L. M.; BRUST-RENCK, P. G.; STEIN, L. M. Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre o comportamento do consumo. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 180-195, março de 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 de janeiro de 2021.